

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Bruno de Campos

**FORMAÇÃO SOCIAL INDIANA: MODO DE PRODUÇÃO
ASIÁTICO, IMPERIALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano (DRU), da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Campos, Bruno de

Formação social indiana [dissertação] : modo de produção asiático, imperialismo e industrialização tardia / Bruno de Campos ; orientador, Marcos Aurélio da Silva - Florianópolis, SC, 2013.

102 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Índia. 3. Formação Sócio-Espacial. 4. Imperialismo. 5. Industrialização Tardia. I. Silva, Marcos Aurélio da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Bruno de Campos

**FORMAÇÃO SOCIAL INDIANA: MODO DE PRODUÇÃO
ASIÁTICO, IMPERIALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA**

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2013.

Profa. Dra. Ruth Emilia Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva – Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araujo Junior
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elias Marco Khalil Jabbour
Fundação Maurício Grabois

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, minha mãe e meu irmão, pelo apoio e paciência com este que aqui escreve; apoio em alguns momentos fundamental para que essa caminhada não fosse interrompida antes desse momento.

Serei sempre grato ao professor Marcos Aurélio da Silva, tanto pela orientação do trabalho como pelas demais conversas em sala de aula ou fora dela, mais do que um orientador acadêmico, um amigo. Sabemos plenamente o quanto seu apoio foi de fundamental importância para chegarmos até aqui.

Agradecimentos também a Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós Graduação em Geografia. Aos servidores da instituição que colaboram para seu funcionamento, uma menção aqui a já aposentada secretária do Programa de Pós Graduação em Geografia, Marli, a qual convivemos por mais tempo, mas sem desconsiderar a importância dos demais.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro a pesquisa.

Ao colega Marcelo pelo incentivo a conhecermos a Índia, histórias e dicas sobre seus tempos naquele país, e que muito nos motivou a irmos para Índia.

A todos os companheiros durante o mestrado, agradeço pelos bons momentos, acadêmicos ou não.

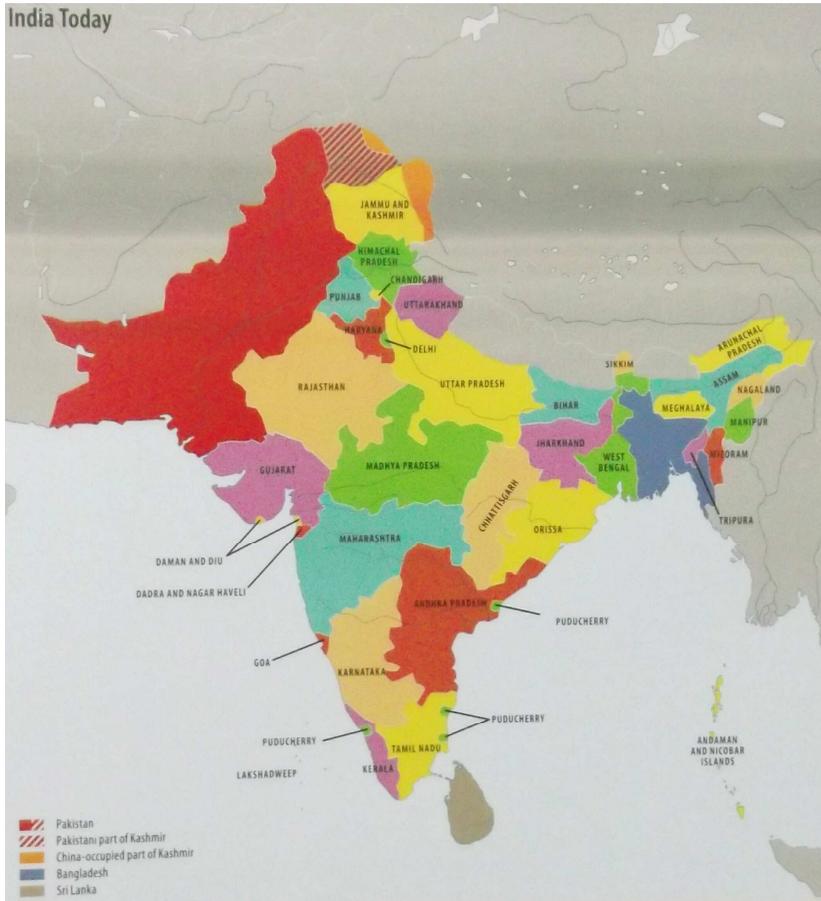
O governo britânico na Índia tem não apenas privado o povo indiano de sua liberdade, mas baseia a mesma na exploração das massas, e tem arruinado a Índia economicamente, politicamente, culturalmente e espiritualmente.

(Jawaharlal Nehru, Pledge taken by The Indian National Congress on Independence Day, January 26, 1930. In: *Toward Freedom – the autobiography of Jawaharlal Nehru*. New York: The John Day Company, 1941).

Nota do autor

Alguns termos no presente trabalho aparecem em mais de um idioma, como inglês e híndi, por exemplo. Eles se referem principalmente a nomes de cidades. Optamos aqui por deixá-los como apresentado pelos respectivos autores que nos baseávamos no dado momento. Alguns termos sofreram variações dentro da própria língua inglesa ao longo do tempo. Não padronizamos pela dificuldade com o idioma híndi, mesmo o inglês sendo também idioma oficial, quem visitar a Índia saberá o quanto a população faz referência as suas cidades em híndi. Em outros casos, quando não estávamos trabalhando apoiado em alguma fonte bibliográfica, utilizamos os termos em híndi, assim os conhecendo.

Índia em 2010



Fonte: Könnemann (2010, p. 365).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento econômico e de industrialização da Índia, partindo de sua formação sócio-espacial, dos projetos e ações de caráter desenvolvimentistas após a independência em 1947 e dos atuais estágios do desenvolvimento econômico e industrial do país, consistindo principalmente de levantamento bibliográfico. Teoricamente, levamos em consideração a categoria marxista do Modo de Produção Asiático e a categoria de Formação Sócio-Espacial de Milton Santos. Além dessas, a interpretação de Lenin sobre o imperialismo e os trabalhos de Alice Amsden sobre o desenvolvimento de países asiáticos e periféricos em geral. Iniciamos com uma apresentação mais teórica do Modo de Produção Asiático e da categoria de Formação Sócio-Espacial. Em seguida tratamos do imperialismo e suas consequências para o desenvolvimento indiano. Antes de algumas considerações sobre o exposto, apresentamos o desenvolvimento indiano após sua independência, marcadamente pela presença do Estado, principalmente através de planos quinquenais em pleno sistema capitalista. Enfim, este trabalho aponta que, primeiramente, algumas hipóteses do Modo de Produção Asiático parecem encontrar lugar no caso indiano, como: caráter hidráulico, governo centralizador executando algumas obras de interesse público e a junção entre agricultura e manufatura. Segundo, o imperialismo britânico contribuiu para retardar o desenvolvimento do capitalismo moderno indiano. E por último, a presença do Estado indiano no desenvolvimento econômico e industrial.

Palavras-chave: Índia. Modo de Produção Asiático. Imperialismo. Desenvolvimento. Industrialização. Estado.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of economic development and industrialization of India, from its formation socio-spatial, projects and developmental actions of character after independence in 1947 and the current stage of economic and industrial development of the country, consisting mainly of literature. Theoretically, we consider the Marxist category of Asian Mode of Production and category of Formation Socio-Spatial by Milton Santos. Besides these, the interpretation of Lenin on imperialism and the works of Alice Amsden on the development of Asian countries in general and peripherals. We begin with a more theoretical Asian Mode of Production and category of Formation Socio-Spatial. Then treat imperialism and its impact on Indian development. Before some thoughts on the above, we present the development after Indian independence, markedly by the presence of the state, primarily through five-year plans in full capitalist system. Finally, this study shows that, first, some hypotheses of Asian Mode of Production seem to find a place in the Indian case, as hydraulic character, centralized government running some works of public interest and the junction between agriculture and manufacturing. Second, British imperialism contributed to retard the development of modern capitalism Indian. And finally, the presence of the Indian state in economic and industrial development.

Keywords: India. Asian Mode of Production. Imperialism. Development. Industrialization. State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Império Mughal (1500-1780).....	26
Figura 2 – Impérios no final do séc. XIX.....	45
Figura 3 – Ásia 1700.....	48
Figura 4 – Influência britânica até 1798.....	50
Figura 5 – Influência britânica entre 1798-1805.....	50
Figura 6 – Área de influência britânica (1858-1914).....	56
Figura 7 – Revolta de 1857-58.....	56
Figura 8 – Independência e criação do Paquistão.....	61
Figura 9 – Lugares que estive na Índia.....	92
Figura 10 – Old (antiga) Délhi.....	99
Figura 11 – Uma das obras rodoviárias (próximo a Gurgaon).....	99
Figura 12 – Uma das principais avenidas centrais de Jaipur (a direita famoso monumento histórico Hawa Mahal ou Palácio dos Ventos)....	100
Figura 13 – Mesma avenida em Jaipur.....	100
Figura 14 – Tinturaria com pigmentos naturais.....	101
Figura 15 – Trabalho com algodão.....	101
Figura 16 – Periferia de Jaipur.....	102
Figura 17 – Uma das entradas de Agra.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 1 Taxa de crescimento do PIB (%) da Índia (1961-2011).....	66
Gráfico – 2 Taxa de crescimento do PIB (%) dos BRIC's, dos Estados Unidos e do Mundo Pós-URSS.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lucro e encargos com obras públicas (1851-52).....	52
Tabela 2 – Origem do Capital das fábricas de algodão em Bombay e Ahmedabad em 1930.....	70
Tabela 3 – Entrada de Investimentos Estrangeiros na Índia (1991-1999) (US\$ Milhões).....	76
Tabela 4 – Entrada de Investimentos Estrangeiros na Índia (2000-2011) (US\$ Milhões).....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 ÍNDIA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO.....	23
2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	23
2.2 MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO.....	25
2.3 CRÍTICAS E O DEBATE PÓS MARX.....	28
3 IMPERIALISMO: GEOPOLÍTICA ALÉM FRONTEIRAS.....	35
3.1 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS.....	35
3.2 MONOPÓLIOS – TRUSTES E CARTÉIS.....	39
3.3 AS GRANDES POTÊNCIAS “DIVIDEM” O MUNDO ENTRE SI.....	43
3.4 RELAÇÕES ÍNDIA <i>VERSUS</i> INGLATERRA.....	47
3.4.1 Movimento nacional e luta pela independência.....	55
4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL.....	63
4.1 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	63
4.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GÊNESE INDUSTRIAL.....	67
4.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
APÊNDICE A – Alguns dias na Índia.....	91
APÊNDICE B – Alguns dias na Índia – imagens.....	99

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de desenvolvimento econômico e de industrialização da Índia, partindo de sua formação sócio-espacial, dos projetos e ações de caráter desenvolvimentistas após a independência em 1947 e dos atuais estágios do desenvolvimento econômico e industrial do país. Ele consiste principalmente de um levantamento bibliográfico.

Mesmo sendo um típico caso de industrialização tardia (Amsden, 1992),¹ e desenvolvimento atrasado (Amsden, 2009) e sofrendo alguns problemas sociais internos, em cerca de 60 anos de desenvolvimento a Índia tornou-se uma das economias mais vigorosas do mundo.

Em 2001 o economista Jim O'Neill, líder da equipe de pesquisa em economia global do banco Goldman Sachs criou o termo “BRIC”, na publicação *‘Building Better Global Economic’*, para fazer referência respectivamente a Brasil, Rússia, Índia e China. Essa publicação trouxe um estudo em que previa que os países do “BRIC” teriam até 2050, um peso econômico maior do que os atuais países mais desenvolvidos (ÉPOCA, 2009; GOLDMAN SACHS, 2009).

Segundo Alice Amsden (1992), a característica que define uma industrialização tardia seria a ausência de novas tecnologias – mesmo entre empresas líderes. Para a autora, os países de industrialização tardia não detinham inicialmente o ativo competitivo representado pelo pioneirismo (produtos ou processos), diferenciando-os daqueles que se industrializaram mais cedo.² Os inovadores também emprestam tecnologia de seus competidores, mas os países de industrialização tardia dependem de “aprender” para rivalizar com os demais.

Entre os chamados países de desenvolvimento atrasado, Alice Amsden (2009) apresenta dois tipos, quanto à experiência manufatureira ao fim da Segunda Guerra Mundial, o “resto”, onde estaria incluído o caso indiano, e o “resquício”. O “resto” sendo um grupo de países de industrialização tardia com certa experiência manufatureira na produção de seda, tecidos de algodão, gêneros alimentícios e bens de consumo leves para avançar para setores de médias e depois alta tecnologia. Já o “resquício” seriam países que estiveram menos expostos a vida fabril moderna no pré-guerra, não possuindo posteriormente nada que se aproximasse da diversificação industrial do resto. Ainda para Amsden

¹ E para Sanjaya Lall (2005), seriam economias de industrialização recente (EIRs).

² Ou países atualmente desenvolvidos, para Ha-Joon Chang (2004).

(2009), as experiências manufatureiras pré-guerra teriam três categorias: pré-moderna; emigrada; e colonial. No caso indiano, ocorreram a pré-moderna, advinda de atividades artesanais e sendo a de mais longa duração, e a colonial ou o *know-how* e as organizações que surgiram de antigos elos coloniais (ou imperialismo britânico).

Sendo assim, faz-se necessário uma contribuição acerca das discussões sobre a nova reestruturação geoeconômica mundial, nesse caso analisando a Índia e sua ascendência como potência econômico-industrial; temática essa, que nos parece escassamente abordada na geografia brasileira.

De acordo com o geógrafo Armen Mamigonian (2008), Milton Santos insistia na necessidade da geografia brasileira estudar outros países, aumentando sua área de atuação intelectual, superando os limites impostos pela geografia dos países dominantes (EUA e Europa).

Para Yves Lacoste (1997), se tratando de conhecimento, não existe nível de análise privilegiado, nenhum nível é suficiente, levando em consideração determinado espaço como campo de observação, o mesmo irá permitir apreender alguns fenômenos e estruturas, mas levará a deformação ou ocultação de outros fenômenos e outras estruturas, as quais não se pode, *a priori*, prejudicar o papel e, portanto, não se pode negligenciar. Assim, é indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços, como os países continentais, os grandes blocos geoeconômicos em que se inserem (as primeiras e segundas ordens de grandeza espacial, insiste Lacoste), para depois realizar a articulação dessas representações tão diferentes.

No primeiro capítulo apresentamos a categoria marxista do Modo de Produção Asiático, tentando, assim, encontrar algumas bases da formação sócio-espacial indiana. Expondo também um pouco das discussões em torno da citada categoria.

O segundo capítulo tratará do imperialismo à luz das interpretações de Vladimir Ilich Lenin, abordando questões mais específicas dessa fase do capitalismo, como os monopólios. Mas, sobretudo, as relações entre o imperialismo britânico e a Índia, abordando algumas das consequências e/ou influências desse período no desenvolvimento sócio-econômico da Índia.

Já o terceiro capítulo trará de forma mais específica o desenvolvimento econômico e industrial. Apresentando algumas medidas de política econômica e industrial que fizeram e/ou fazem parte do modelo indiano. E por último apresentaremos algumas considerações.

2 ÍNDIA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

Uma pesquisa histórico-econômica da Índia – por si só já geográfica – deve partir de duas concepções teóricas fundamentais. Primeiramente, e em concordância com Armen Mamigonian, ater-se ao “mais importante texto teórico de Milton Santos” (MAMIGONIAN, 1996): “Sociedade e Espaço – a formação social como teoria e como método”, publicado originalmente em 1977 no Boletim Paulista de Geografia n.º 54, *Antipode* n.º 1, entre outras. Além do trabalho de Milton Santos, também apreender o conceito marxista – ou como chamou Gianni Sofri, “uma controvérsia marxista” (SOFRI, 1977) – de “Modo de Produção Asiático”.

O conceito de Modo de Produção Asiático foi objeto de discussões de muitos pesquisadores marxistas, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, provavelmente devido a publicação no ocidente (Alemanha, 1953) das “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, de Marx. Assim posto, abordaremos algumas das passagens de Karl Marx a respeito do Modo de Produção Asiático, direta ou indiretamente, e sobretudo no que diz respeito a Índia. Como também algumas participações no debate pós Marx.

2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

A categoria de Formação Sócio-Espacial foi concebida por Milton Santos originalmente em 1977, a partir da categoria marxista de Formação Econômica e Social.

Em seu texto, Milton Santos tece uma crítica ao fato de que a Geografia ao longo do tempo estava subestimando o papel do espaço em relação à sociedade. Para Milton Santos, a Geografia estava mais interessada na *forma* das coisas do que na sua *formação*, não dando tanto valor às “dinâmicas sociais que criam e transformam as formas”. Sendo assim, para uma melhor compreensão da *formação* é necessário recorrer à História. Ainda segundo o autor:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve

fora do espaço e não há sociedade a - espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1979, p. 9).

Os processos que juntos formam o modo de produção (produção, circulação, distribuição, consumo), são histórica e espacialmente definidos conjugadamente, e isto no decurso de uma formação social. Modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes (SANTOS, 1979).

De acordo com Milton Santos (1979), a formação social trata de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção. E, se a noção de formação social “deve conter o complexo das diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem às diversas relações de produção existente, ela não pode ser concebida sem referência à noção de espaço” (SANTOS, 1979, p. 14). “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1979, p. 15).

Parece-nos que Milton Santos, com sua Formação Sócio-Espacial, visava aproximar a categoria marxista de Formação Econômica e Social com a Geografia, mas também relembrar a importância da História para os estudos geográficos e a importância da Geografia (espaço) para a categoria de Formação Econômica e Social.

Assim, “a categoria [de Formação Econômica e Social] adquire o *status* de formações históricas e geograficamente localizadas” (ESPÍNDOLA e SILVA, 1997). Conforme Armen Mamigonian (1996), esse texto fundamental não recebeu a atenção devida.

O artigo [Sociedade e Espaço – a formação social como teoria e como método] tem o mérito de reafirmar o caráter global e de totalidade da visão geográfica, que existe desde os gregos (Heródoto), passando pelos alemães fundadores da moderna geografia (século XIX), e que se encontra, na segunda metade do século XX, nas discussões sobre geossistema e formação social, os dois paradigmas da nossa ciência [geográfica], apesar da grande confusão teórica reinante (MAMIGONIAN, 1996, p. 198).

2.2 MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO

A primeira vez que Marx tratou publicamente de forma importante a respeito de características da sociedade asiática, foi em 25 de junho de 1853 no artigo intitulado “A dominação britânica na Índia”, publicado no jornal *New York Daily Tribune* (MANDEL, 1968; SOFRI, 1977). Possivelmente seu interesse pela sociedade asiática aumentou depois que Marx se estabeleceu em Londres por volta de 1850 e passou a ter maior contato com as discussões britânicas em torno do imperialismo.

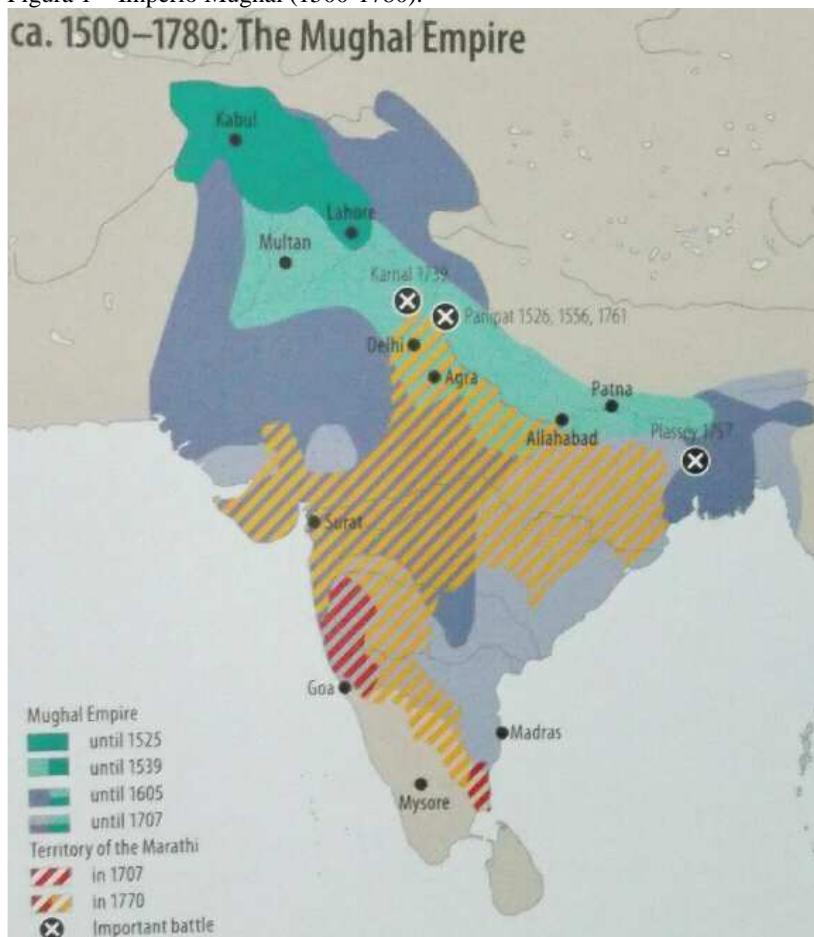
No artigo referido, Marx (1853) inicialmente apresenta uma rápida comparação entre Hindustão (atuais Índia e Paquistão) e Itália, destacando similaridades geográficas de ambos, mas do ponto de vista social, parecer mais o Hindustão uma Irlanda do Oriente.

A região sofreu males com invasões de mongóis (Império Mughal, conforme figura 1), portugueses e maometanos, mas para Marx:

...os males que os ingleses causaram ao Hindustão são de um gênero essencialmente diferente e muito mais profundo do que o Hindustão havia sofrido antes. (...) A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada (MARX, 1853).

Desde tempos antigos existiam na Ásia três departamentos administrativos: das finanças, ou pilhagem do interior; da guerra, ou pilhagem do exterior; e o departamento dos trabalhos públicos. Condições geográficas, principalmente áreas desérticas, fizeram da irrigação artificial com auxílio de canais e outras obras hidráulicas a base da agricultura oriental. No oriente, esta função era exercida através de intervenção centralizadora do governo para assegurar os trabalhos públicos de irrigação. “Os Ingleses nas Índias Orientais aceitaram de seus precedentes os departamentos das Finanças e da Guerra, mas eles negligenciaram inteiramente o dos Trabalhos Públicos” (MARX, 1853).

Figura 1 – Império Mughal (1500-1780).



Fonte: Könemann (2010, p.363).

Após o artigo de 1853³ (“A dominação britânica na Índia”), Marx escreve aquela que acreditamos ser sua obra mais importante a respeito do Modo de Produção Asiático, mais especificamente a parte denominada *Formen die der Kapitalistischen vorhergehen* (no Brasil: “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”), da obra *Grundrisse der*

³ Após o artigo “A dominação britânica na Índia”, Marx publicou no mesmo ano mais dez artigos no jornal *New York Daily Tribune*, relacionados à questão indiana e em 1857 mais seis (MARX e ENGELS, 1978).

Kritik der Politischen Ökonomie (mais conhecida no Brasil somente por “Grundrisse”). Mesmo que Marx tenha escrito os “Grundrisse” entre 1857-58, ele só foi publicado em Moscou por volta de 1940, na Alemanha em 1953 e em inglês em 1964.

Partiremos então para algumas passagens das “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, relacionadas mais diretamente ao Modo de Produção Asiático.

Para Marcos Aurélio da Silva (trabalho não publicado), é sabido que o interesse de Marx nessa obra é a comparação entre as diferentes formas de propriedade que, anteriormente demonstrado nos escritos com Engels, correspondem às “diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho...”.

Sobre a apropriação de terra, segundo Marx, na maioria das formas asiáticas fundamentais, ela seria compatível com o fato de que a “unidade geral mais abrangente”, situada acima dos corpos comuns, apareça como o proprietário único ou superior, enquanto as comunidades reais se constituem apenas em possuidoras hereditárias. Como a “unidade” é o proprietário de fato e, ao mesmo tempo, precondição real da propriedade comum, torna-se perfeitamente possível que apareça como algo separado, superior às numerosas comunidades particulares reais. Assim, o indivíduo seria então um não-proprietário. O déspota [senhor absoluto] surge como o pai das várias comunidades menores, realizando a unidade comum de todas elas. O produto excedente pertencerá à unidade suprema.

O despotismo oriental⁴ aparenta levar a uma ausência legal de propriedade, mas seu fundamento é a propriedade tribal ou comum criada, na maior parte dos casos, por uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade, que se faz inteiramente auto-suficiente, contendo em si mesma todas as condições de produção e de produção de excedentes (MARX, 1986). Ainda para Marx, “na forma asiática (predominantemente, pelo menos) não há propriedade, apenas posse individual; o proprietário real é, de fato, a comunidade mesma – por isto, há propriedade apenas como *propriedade comunal* da terra” (MARX, 1986, p. 76).

⁴ Conforme arguiu o professor Dr. Elias Marco Khalil Jabbour durante defesa do presente trabalho, o termo “despotismo oriental” teria um caráter negativo em relação aos antigos Estados asiáticos. O referido termo estava presente no próprio Marx das “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, como exemplo Marx (1986, p.67).

A história antiga é marcada por cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura, a história asiática é como uma “unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superpostos à verdadeira estrutura econômica)” (MARX, 1986).

O Modo de Produção Asiático “necessariamente sobrevive por mais tempo e com mais tenacidade” (MARX, 1986, p. 79). Para o autor, isto se deve ao princípio pelo qual se fundamenta a forma asiática, de que os indivíduos não se tornem independentes da comunidade, que o círculo de produção seja autossustentado e ocorra unidade da agricultura com a manufatura artesanal. Se o indivíduo alterar sua relação com a comunidade, modificará e minará tanto a comunidade como sua premissa econômica; por outro lado, a modificação da premissa econômica, produzida por sua própria dialética, a pauperização etc, e especialmente, a influência da guerra e da conquista, rompe o vínculo real sobre o qual se baseia a comunidade (MARX, 1986).

Quanto mais tradicional for o modo de produção, ou seja, quanto mais o processo real de apropriação permanecer o mesmo, mais imutáveis serão as velhas formas de propriedade e conseqüentemente, também a comunidade como um todo. O modo tradicional persiste por longo tempo na agricultura e, principalmente, na combinação oriental de agricultura e manufatura (MARX, 1986).

Cerca de um ano depois das “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, Marx escreveu *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (no Brasil “Contribuição à Crítica da Economia Política”). Nesta obra, “pela primeira e última vez, ele designou formalmente [o termo] de Modo de Produção Asiático” (ANDERSON, 2004, p. 478). Segundo Sofri, uma pequena frase desta obra constituiu “o centro de incontáveis discussões e que levaram os estudiosos do modo de produção asiático a gastar rios de tinta” (SOFRI, 1977, p. 46). Vejamos a frase: “Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica” (MARX, 2008, p. 48).

Cabe aqui uma indagação: será que instruídos estudiosos partiram de uma única frase para chegar a conclusões? Como bem lembra Perry Anderson (2004), talvez valha a pena dar importância ao contexto intelectual que Marx viveu e escreveu, ou como insiste Gianni Sofri, levar em consideração “o fato de tais frases pertencerem a obras publicadas enquanto Marx era vivo, ou a anotações não destinadas a publicação e, sobretudo, por se tratar de textos elaborados em épocas diversas” (SOFRI, 1977, p.15).

2.3 CRÍTICAS E O DEBATE PÓS MARX

Na primeira edição publicada em inglês das “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, em 1964, consta uma introdução de Eric Hobsbawm. Introdução que possui cerca de 50 páginas, ou quase metade da publicação em conjunto com o original de Marx.

De acordo com Hobsbawm, não existem evidências que antes de 1848 Marx e Engels tenham tratado sobre história oriental de forma sistematizada. No entanto, ainda de acordo com Hobsbawm, com o exílio na Inglaterra a partir da década de 1850, Marx tem um contato maior com a história oriental, familiarizando-se com a Índia através dos economistas clássicos que leu ou releu no início da mesma década. Em algumas de suas correspondências durante o ano de 1853, Marx faz referências a vários trabalhos que remetem à questão oriental e sobretudo indiana (Hobsbawm, 1986). Para Hobsbawm, nesse período a visão de Marx a respeito da sociedade asiática recebeu sua primeira formulação madura, não se tratando “em absoluto, de um estudo superficial” (HOBBSAWM, 1986, p.25).

Para Hobsbawm, as formas alternativas de rupturas da sociedade comunal foram apresentadas, aparentemente, e principalmente no Prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, e de forma menos evidente nas “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, como etapas históricas sucessivas. De modo literal, para Hobsbawm, isso seria incorreto, devido ao fato de que não somente o modo asiático de produção coexistiu com os demais, como não existe referência nas “Formações Econômicas Pré-Capitalistas” ou em qualquer outra parte, de que o modo antigo tivesse evoluído dele. Devemos entender que Marx não se refere à sucessão cronológica, ou à evolução de um sistema a partir do anterior, mas à evolução de maneira mais geral. O homem apenas se torna um indivíduo por meio do processo histórico. Ele aparece, inicialmente, como um ser genérico, tribal, um animal de rebanho. As várias maneiras desta individualização gradual do homem, significando a ruptura da unidade original, correspondem aos diversos estágios da história. Cada um desses estágios constitui um passo em afastamento da unidade original (tribal), ou em outras palavras, passos na evolução da propriedade privada. A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representam etapas de progresso, não implica qualquer visão unilinear e/ou simplista da história, nem resulta na opinião primária de que toda história é progresso. Somente reconhece que cada um dos referidos sistemas cada vez mais se afasta, em aspectos

muito importantes, da situação primitiva do homem (HOBSBAWM, 1986).

Em seu trabalho de 1967, Ernest Mandel (1968) declara que o renascimento do debate em torno do Modo de Produção Asiático⁵ deve ser aclamado. Todavia, o mesmo alerta para uma necessidade de discernir o que Marx e Engels designaram como Modo de Produção Asiático e a deformação que ele sofreu em seguida, “por causa de certos discípulos e de certos adversários” (MANDEL, 1968, p.124).

Mandel (1968) tece uma crítica (entre outras) aos autores que segundo ele dilataram a concepção de Modo de Produção Asiático, aplicando-a na África negra, América pré-colombiana, Europa mediterrânea, entre os etruscos e na civilização creto-micênica. Ainda de acordo com Mandel (1968), suas formulações originais e a função que Marx e Engels tinham previsto para esta categoria, eram explicar as particularidades do desenvolvimento histórico da Índia, da China, do Egito, do Islã, em relação ao desenvolvimento histórico da Europa ocidental.

Entretanto, Perry Anderson (2004), cerca de sete anos após a obra de Mandel, afirma que em trechos um pouco posteriores dos “Grundrisse” (“Formações Econômicas Pré-Capitalistas”), Marx estendeu a aplicação do Modo de Produção Asiático a uma gama muito diferente de sociedades, como as formações sociais americanas do México e do Peru antes da chegada dos espanhóis, e mesmo os celtas e outras sociedades tribais. Marx passou a crer que a realidade fundamental do Modo de Produção Asiático não era a propriedade estatal da terra, as obras de engenharia hidráulica centralizadas nem o despotismo político, mas sim a “propriedade tribal ou comunal” da terra em aldeias auto-suficientes, onde estavam unidos artesanato e agricultura. Sua ênfase deslocou-se do Estado burocrático, superior, para as aldeias autárquicas, inferior, e uma vez que se chamavam as aldeias de “tribais” e lhes atribuía um sistema de produção e propriedade comunal mais ou menos igualitário, estava aberto o caminho para uma expansão indefinida do conceito de Modo de Produção Asiático a sociedades de tipo totalmente diferente das que, aparentemente, Marx e Engels tinham em mente em sua correspondência – nem orientais em

⁵ Imediatamente antes da referida obra de Mandel, foram publicados a respeito do Modo de Produção Asiático, além da citada “Introdução” de Hobsbawm, outros trabalhos, como uma obra de Karl Wittfogel intitulada *Le despotisme oriental* (Paris, 1964). Também merece destaque trabalhos de Maurice Godelier na primeira metade da década de 1960.

termos de localização geográfica nem relativamente “civilizadas” quanto ao desenvolvimento. Mas, segundo Perry Anderson (2004), em “O Capital”, Marx teve “escrúpulos” a respeito da lógica desta evolução conceitual, e até certo ponto retrocedeu às suas concepções primárias.

Retornando ao trabalho de Mandel (1968), o autor destaca cinco características fundamentais do Modo de Produção Asiático: 1) ausência da propriedade privada do solo; 2) devido a isto, a comunidade de aldeia conserva uma força de coesão essencial, que resistiu através das épocas às conquistas mais sangrentas; 3) aumento desta coesão interna devido ao fato de união entre agricultura e indústria (artesanal) aí mantida; 4) trabalhos hidráulicos importantes (irrigação artificial), que em quase todo lugar reclama um poder central regulador e empreendedor de grandes trabalhos; 5) assim, o Estado consegue concentrar a maior parte do superproduto social em suas mãos, dando lugar ao nascimento de camadas sociais mantidas por esse excedente, que são a força dominante da sociedade (“despotismo oriental”).

Analisando os “Grundrisse”, Mandel (1968) afirma que em várias passagens é enfatizado o desenvolvimento totalmente acidental e secundário das aldeias no Oriente, estreitamente subordinadas aos chefes de Estado ou seus sátrapas. Ainda de acordo com Mandel (1968), isso significa que a produção permanece quase restrita a uma produção de valores de uso. “Ora, é o desenvolvimento da produção de valores de troca nas aldeias que permite preparar a predominância do capital” (MANDEL, 1968, p.127). Ou seja, a estrutura particular do Modo de Produção Asiático, a subordinação da aldeia ao mesmo tempo à agricultura e ao poder central implicam que o capital não pode tomar seu pleno impulso, isso equivaleria não a uma estagnação das forças produtivas, mas a um “desenvolvimento retardado”, que acaba por ser fatal às nações fundadas sobre esse modo de produção (MANDEL, 1968).

Após as referências do parágrafo anterior, Mandel (1968) apresenta uma ressalva em nota de rodapé. A nota expõe que isso (parágrafo anterior) não significa que as nações asiáticas teriam sido incapazes de chegar ao capitalismo por seus próprios meios. Mas explicaria por que a Europa ocidental pôde avançar, principalmente a partir do século XVI, cada vez mais sobre outras partes do mundo. O atraso econômico de algumas nações asiáticas não resultaria do Modo de Produção Asiático, “mas da ação retardadora e regressiva que a relação de subordinação resultante da penetração européia exerceu sobre essas nações” (MANDEL, 1968, p.127).

Outra questão importante do debate pós Marx, foi a respeito de classes sociais. Para Mandel (1968), essa sociedade asiática não era “primitiva”, no sentido de uma ausência de classes sociais claramente delimitadas ou constituídas. Mas, ao contrário, ao lado dos camponeses existiam não somente funcionários públicos, mas também proprietários fundiários (os quais se apropriavam ilegalmente da propriedade do solo) e comerciantes e banqueiros, algumas vezes ricos. Ainda para Mandel (1968), o que determina a especificidade dessas classes é o fato de que diante da força do Estado, elas não podem adquirir o poder social e político que, em outros países deram origem ao feudalismo, e em seguida ao capitalismo moderno. Se existiu classe dominante no Modo de Produção Asiático, era classe que se apropriava do superproduto social. Mas, comparando com as classes dominantes que a história humana conheceu, ela seria a mais próxima das funções primitivas de “servidores da coletividade”, e mais afastada da burguesia contemporânea.

Elementos de “feudalismo” (grande propriedade fundiária de fato, se não de direito) existiram na essência do Modo de Produção Asiático. No entanto, essa “classe feudal” nunca foi dominante, seus progressos sempre eram considerados usurpações do poder do Estado e dos direitos dos camponeses. Segundo Kosambi (apud Mandel, 1968, p.138), invasores mulçumanos na Índia, criaram a partir do século XI o embrião de uma classe feudal, que jamais pode apoderar-se do poder sobre todo o território, tomado entre o despotismo no alto e a comunidade da aldeia na base.

O mesmo Kosambi (apud Mandel, 1968, p. 125), aponta que a propriedade privada das casas e jardins na Índia, era um fato reconhecido nas zonas urbanas e cercanias, a partir do século VI antes da nossa era, mas não havia em geral propriedade privada dos campos cultivados.

Já Perry Anderson (2004) afirma que as aldeias indianas, longe de serem igualitárias, sempre foram rigidamente divididas em castas, e o que existia de propriedade coletiva da terra se limitava às castas superiores, que nela exploravam as inferiores como agricultores-arrendatários. Em seus primeiros textos sobre o sistema de aldeias indianas, em 1853, Marx mencionou de passagem que dentro das aldeias havia escravidão e o sistema de castas, que elas eram contaminadas pelas distinções de casta e pela escravidão. Porém, continua Perry Anderson (2004), ele não parece ter dado muita importância a essas contaminações nas aldeias que, no mesmo parágrafo, qualificou de organismos sociais inofensivos. A partir daí, Marx praticamente ignorou

toda a complexa estrutura do sistema hindu de castas, o mecanismo social básico de estratificação de classes na Índia tradicional. As descrições posteriores das aldeias auto-suficientes que aparecem em Marx, não possuem nenhuma referência ao sistema de castas. Ainda para Perry Anderson (2004), é estranho o fato de que Hegel, que sob outros aspectos Marx seguiu tão de perto em seus textos sobre a Índia⁶, estava mais consciente da brutal onipresença da desigualdade entre as castas e da exploração do que o próprio Marx (ANDERSON, 2004). “Os relatórios ingleses nos quais Marx se baseou eram frutos de erros e interpretações equívocas por parte dos colonizadores” (ANDERSON, 2004, p. 487).

Outra intervenção no debate foi de Gianni Sofri (1977). Para ele, Marx não se detém na indagação da estrutura de classes deste tipo de sociedade, fato que não deveria causar espanto, quando se pensa que o terceiro livro de “O Capital” interrompe-se no capítulo intitulado “As classes”, o qual ele só escreveu as páginas iniciais antes de vir a falecer. O autor supõe que se levando em conta o método usual seguido por Marx, ele deveria fazer no referido capítulo, ao menos algumas referências esparsas às formações pré-capitalistas. Mas isto não ajuda muito. Marx, entretanto, escreve que nas costas das comunidades de aldeia indianas vive uma dezena de pessoas com várias funções de interesse comum. Mesmo que nos textos de 1853 e no “O Capital” não se encontre uma explicação orgânica e desenvolvida para o nascimento e natureza do Estado no Oriente em relação aos problemas das classes. Marx escreve, entretanto, que uma das bases materiais do poder do Estado sobre os pequenos organismos produtores, sem conexão entre si, era a regulamentação do afluxo das águas (SOFRI, 1977).

Sobre esse debate a respeito do Modo de Produção Asiático, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, que apresentamos anteriormente algumas passagens, Ciro Flamarion S. Cardoso (1990) afirma que predominaram estudos de caráter teórico, poucos baseados em pesquisas aprofundadas de casos históricos concretos. Por outro lado, tais escritos raramente tomaram as comunidades aldeãs como objeto central, e não representaram, a respeito, avanço efetivo em relação às formulações de Marx e Engels (CARDOSO, 1990).

⁶ Para Gianni Sofri (1977), é provável que antes de Marx se estabelecer em Londres, suas idéias sobre a Ásia vinham basicamente de Hegel. E nos escritos de 1853, Sofri (1977) afirma já ser perceptível influência de outras fontes, sobretudo para dados econômicos e sociais.

O mesmo Cardoso (1990) cita duas exceções ao que foi exposto no parágrafo anterior, mesmo naquela fase (1960-1970), dois artigos mais ligados a pesquisas empíricas de casos históricos concretos e contendo também preocupações teóricas. Significativamente, em muitos pontos ambos os trabalhos desvendaram realidades bem diversas das ideias dos fundadores do marxismo. Por exemplo, o texto de Pierre Boiteau sobre Madagascar no período pré-colonial, publicado em 1964, mostrou que a ausência de apropriação privada do solo não foi causada ali, por uma homogeneidade das formas assumidas pelos direitos sobre a terra, pelo contrário, foi demonstrada a presença de uma grande diversidade de tais formas. Outro exemplo é o artigo de Le Than Khoi sobre o Vietnã antigo, de 1973, no qual as comunidades aldeãs não aparecem de modo algum como primitivas, nem como estáticas,⁷ e também não são típicas de uma sociedade que só apresente classes sociais embrionariamente. Por outro lado, uma forma comunal mas não igualitária de propriedade e de acesso à terra mediante redistribuições periódicas do solo comunal coexistia com a propriedade privada, e a exploração classista se realizava por intermédio de ambas as formas de propriedade, por via tributária e de outras maneiras (CARDOSO, 1990).

Trabalhos recentes demonstram que uma comunidade aldeã pode perfeitamente existir, como organismo corporativo que cumpre diversas funções, na ausência de um igualitarismo entre seus membros e também da propriedade coletiva da terra (CARDOSO, 1990).

Mesmo que depois de cerca de um século e meio alguns trabalhos tenham apontado algumas incongruências em relação à categoria de Modo de Produção Asiático, como demonstram Ciro F. S. Cardoso (1990) e principalmente Perry Anderson (2004), acreditamos que a aplicabilidade da categoria, levando-se em consideração os avanços decorrentes de trabalhos posteriores, continua ainda válida para analisarmos a História de sociedades asiáticas; no caso do presente trabalho, a sociedade indiana. Esse é o ponto de vista de Cardoso (1990) em suas pesquisas sobre o Egito faraônico.

Como já citamos anteriormente, Marx considerava a influência dos Ingleses na Índia a pior entre todos os outros invasores do território indiano. Para um melhor entendimento dessa relação Índia *versus* Inglaterra, trataremos em seguida sobre o imperialismo, sobretudo à luz da obra clássica de Lenin.

⁷ Segundo Marcos Aurélio da Silva (trabalho não publicado), Marx no “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, não pensa o Modo de Produção Asiático como estático.

3 IMPERIALISMO: GEOPOLÍTICA ALÉM FRONTEIRAS

Imperadores e impérios é coisa antiga, não o imperialismo. A palavra “imperialismo”, que segundo Eric Hobsbawm não constava nas obras de Marx (falecido em 1883), foi introduzida na política britânica na década de 1870 e no fim da mesma década ainda era considerada um neologismo. Seu uso passou a ser comum na década de 1890, fazendo parte do vocabulário político e jornalístico no decorrer de discussões sobre a conquista colonial. Em seguida, o seu conceito adquiriu uma dimensão econômica e jamais a perdeu. Por volta de 1900, intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, um dos primeiros foi o do liberal britânico J. A. Hobson. No entanto, a mais influente dessas obras foi *O imperialismo: fase superior do capitalismo*, publicada por Lenin em 1916 (HOBSBAWM, 2009).

3.1 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS

Do ponto de vista econômico, conforme Lenin, o que existe de essencial neste processo é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. Esse processo levou à concentração da produção e do capital a um ponto que fez surgir os monopólios: cartéis, sindicatos patronais, trustes, e fundindo-se com eles, os capitais de uma dezena de bancos. No entanto, os monopólios não extinguem a livre concorrência de que nasceram, convivem acima e ao lado dela, resultando em contradições, fricções e conflitos violentos. Assim sendo, “o verdadeiro nascimento dos modernos monopólios situa-se, o mais cedo, por volta dos anos 1860 – 1870” (LENIN, 1987, p. 21). Uma particularidade do capitalismo nesse período foi a *integração*, ou seja, a junção em uma única empresa de diversos ramos da indústria que abarcam várias fases de tratamento da matéria-prima.

Também por volta do último quartel do século XIX ocorre “o que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890” (DOBB, 1986. p.214). Trata-se, como se sabe, das depressões de longa duração ligadas aos ciclos de Kondratieff (RANGEL, 2005; MAMIGONIAN, 1999). Ainda assim, Hobsbawm e Dobb concordam que esse período esteve longe de passar por uma completa estagnação nos índices de produção e nos avanços técnicos. E para os assalariados que permaneceram empregados (muitos foram despedidos, claro), foi um período de ganhos econômicos, ao invés de perdas. Mesmo no período entre 1873 e meados de 1890, tendo se

observado uma depressão no ritmo comercial, “a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, [...] multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas)” (HOBSBAWM, 2009, p.64). Hobsbawm ainda assinala que o comércio internacional continuou crescendo, mesmo que a taxas menores que antes. Também por essas décadas, as economias industriais dos Estados Unidos e alemã sofreram grande avanço e a revolução industrial se estendeu a outros países, como Suécia e Rússia.

No entanto, o que mais preocupava os economistas e empresários, “era a prolongada ‘depressão de preços, uma depressão de juros e uma depressão de lucros’ como disse Alfred Marshall [...] em 1888” (HOBSBAWM, 2009, p.66). Ainda segundo Hobsbawm, o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade.

A maior vítima desse declínio dos lucros foi a agricultura, inclusive alguns de seus setores foram os que sofreram maior depressão de lucros de toda a economia. Nela também os descontentamentos tiveram consequências políticas mais imediatas e de maior abrangência. Sua produção, que tinha aumentado muito em décadas anteriores, agora inundava o mercado mundial. Os preços agrícolas sofreram efeitos dramáticos, tanto na Europa como nas economias exportadoras de além-mar. O preço do trigo em 1894, por exemplo, era pouco mais de um terço do que fora em 1867. As décadas da depressão foram um péssimo momento para agricultores de qualquer país envolvidos no mercado mundial. A reação desses agricultores variou, dependendo da riqueza e estrutura política de seus países, da agitação eleitoral à rebelião. Alguns países, como a Grã-Bretanha, não precisavam se preocupar com um campesinato porque já não o possuíam, e podiam deixar sua agricultura decair; no caso, sumiram dois terços da superfície de trigais, entre 1875 e 1895. Outros países, como a Dinamarca, modernizaram sua agricultura, passando aos rentáveis produtos animais. Já Alemanha, e principalmente França e Estados Unidos, optaram por tarifas alfandegárias que mantiveram preços altos. Contudo, as reações não-governamentais mais comuns foram a emigração e a formação de cooperativas (HOBSBAWM, 2009).

Com a Grande Depressão de 1873, a Índia pagou seu preço. E se Hobsbawm (2009) diz que a Grã-Bretanha podia deixar sua agricultura decair, convém mencionar que em 1875 a Índia exportou 308 mil arrobas de trigo para o Reino Unido e em 1877 chegou a 1.409 milhares de arrobas. Assim parece ser este pelo menos um fator que contribuiu

para mitigar a queda na produção de trigo na Grã-Bretanha (DAVIS, 2002).

A Grande Depressão encerrou uma era de liberalismo econômico, pelo menos no que diz respeito ao comércio de matérias-primas. Começando na Alemanha e Itália em fins de 1870, as tarifas protecionistas se tornaram frequentes no cenário econômico mundial. Contudo, esse protecionismo não afetava os movimentos de mão de obra nem as transações financeiras internacionais. De modo geral, o protecionismo agrícola funcionou na França, falhou na Itália (resultando em migração em massa) e protegeu os interesses dos grandes proprietários rurais na Alemanha (HOBSBAWM, 2009).

Durante o pequeno período de expansão em 1889, utilizou-se o sistema de cartéis para explorar a conjuntura. A política adotada fez subir os preços com mais rapidez e violência do que teria ocorrido na ausência de cartéis; no entanto esses cartéis, em sua maioria desmantelaram-se com a depressão. Em seguida os cartéis entram em sua segunda fase de formação, de fenômeno passageiro passam a ser uma das bases de toda vida econômica, começando principalmente pelos setores de transformação de matérias-primas, alcançam vários outros setores. O progresso do fim do século XIX e a crise de 1900-1903 – ao menos na indústria mineira e siderúrgica – se desenvolveram pela primeira vez sob a influência dos cartéis. Segundo Lenin, se tratando de Europa, pode-se determinar de maneira bem precisa o momento em que “o antigo capitalismo foi substituído definitivamente pelo novo”, sendo esse momento o início do século XX (LENIN, 1987).

As diferenças existentes entre os países capitalistas, como em livre-câmbio ou protecionismo, somente produzem variações insignificantes na forma dos monopólios ou época de seu aparecimento, ao passo que o nascimento dos monopólios, como efeito da concentração da produção, é uma lei geral do imperialismo. O capitalismo nessa fase chega à beira da socialização integral da produção; os capitalistas são arrastados independentemente de suas vontades para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral. Essa produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. Assim, um pequeno número de monopolistas exerce muita opressão sobre o restante da população (LENIN, 1987).

Nos fins do século XIX, a luta de classes sofre mudanças. O trabalho estava mais organizado que em épocas anteriores. Com o “Novo Sindicalismo” essa organização atingira os operários não

qualificados e, além disso, a entrada do trabalho no terreno da política estava prestes a iniciar um novo período de reconhecimento por parte do Estado, das negociações coletivas e o início modestamente do que viria a ser um salário mínimo legal (DOBB, 1986). Para Maurice Dobb:

Aproximavam-se os anos em que o movimento sindicalista iria sofrer uma expansão tanto em números quanto em poder, em moldes que nenhuma época anterior testemunhara, e atingir uma posição de influência sobre o funcionamento da indústria totalmente sem precedente, e que deve ter feito pularem em seus túmulos os industriais do ferro ou magnatas do algodão da época vitoriana, diante da visão de uma nênese⁸ com a qual, durante sua existência, dificilmente poderiam ter sequer sonhado (DOBB, 1986, p. 228).

Com a consolidação cada vez maior de grandes empresas, cartéis e trustes, as disputas no sistema capitalista tornaram-se “qualitativamente mais político-econômica e, por isso, militar-econômica” (MANDEL, 1989, p. 9). As disputas comerciais não estavam mais ocorrendo entre firmas com milhares de libras ou dólares, mas sim entre gigantes financeiros e industriais com ativos chegando a dezenas e centenas de milhões. Os Estados e suas forças armadas passaram a envolver-se crescente e diretamente nessas disputas, que se tornaram competições imperialistas por caminhos para investimentos em novos mercados e acesso a matérias-primas baratas ou raras. Esse tipo de competição começou cada vez mais a demonstrar uma natureza destrutiva, principalmente através de uma militarização crescente e de seu reflexo ideológico: a justificação e glorificação da guerra (MANDEL, 1989).

O desenvolvimento industrial, o aumento da capacidade produtiva das empresas tecnicamente mais avançadas, o produto total das principais potências industriais, e, sobretudo, a expansão do capital financeiro (fusão do capital bancário com o industrial) e do potencial de investimento cada vez mais se estendiam sobre as fronteiras dos Estados-nação, incluindo os maiores. Essa dispersão externa do capital nacional levou a uma corrida por recursos, mercados e rotas de comércio no exterior, na Europa, e principalmente fora do continente; entre 1876 e

⁸ Nênese: deusa da justiça distributiva.

1914 as potências européias anexaram cerca de vinte e oito milhões de quilômetros quadrados de território (MANDEL, 1989).

Em fins do século XIX as terras da América e da Ásia já estavam ocupadas por Estados, restando então às potências européias expandirem seus territórios repartindo as terras da África e Polinésia. “Para a Inglaterra, o período de prodigiosa expansão das conquistas coloniais situa-se entre 1860 e 1890, sendo ainda muito intensa nos últimos vinte anos do século XIX. Para a França e Alemanha são, sobretudo, estes vinte anos que contam” (LENIN, 1987, p.76).

A divisão do mundo inicialmente beneficiou a margem ocidental do continente europeu, significando que as potências industriais mais recentes (Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Japão) possuíam menos espaço para expandir-se exteriormente. Seu desenvolvimento com sucesso resultou em forte ameaça a distribuição territorial vigente, perturbando o equilíbrio de poder geopolítico e geoeconômico. Ficava cada vez mais complicado resolver o conflito entre as forças produtivas que surgiam e as estruturas políticas predominantes, através da diplomacia convencional e escaramuças militares localizadas (MANDEL, 1989).

“A salvação está nos monopólios, diziam os capitalistas, fundando cartéis, sindicatos e trustes. A salvação está nos monopólios, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se a apoderar-se das partes do mundo ainda não partilhadas” (LENIN, 1987, p.78).

O imperialismo é o capitalismo em uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu maior importância, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se encerrou a partilha do território do globo entre as grandes potências capitalistas (LENIN, 1987).

3.2 MONOPÓLIOS – TRUSTES E CARTÉIS

Trustes seriam, de forma mais simplificada, “uma ação que force o concorrente a abdicar de sua independência econômica”, enquanto “cartel é basicamente um acordo em virtude do qual os rivais se comparam sobre certos aspectos de seus negócios” (LEWINSOHN, 1945). Na prática econômica, para cada uma dessas duas maneiras de afastar ou diminuir a concorrência, existem variantes múltiplas e, entre as duas soluções tipos, há combinações intermediárias. Muitas vezes a união econômica de duas empresas não procede da falência do mais

fraco, nem de sua capitulação diante do mais forte, frequentemente a iniciativa de associação parte do mais fraco (LEWINSOHN, 1945).

São traços característicos dos trustes: a extensão do grupo econômico, a ligação financeira ou administrativa entre suas diferentes partes, e sua tendência à expansão. Sendo que, a união de empresas industriais ou comerciais, visa obter, pela formação de mais importantes unidades financeiras ou administrativas, lucros mais altos e uma posição econômica mais avantajada. O nome trustes não é dado somente aos grupos de empresas capitalistas, mas também existem os trustes de Estado e, na ex-URSS, os grupos industriais organizados em base socialista eram oficialmente designados por trustes (LEWINSOHN, 1945).

Cartéis ou ententes possuem como tendência inicial eliminar ou obstruir a livre concorrência. Segundo Lewinsohn (1945), é por isso que diversas empresas do mesmo ramo se ajustam entre elas para dirigir seus negócios segundo certos princípios e limitar sua área de atuação de acordo com uma fórmula estabelecida de consenso entre as partes. Subir os preços ou impedir sua baixa pela supressão da concorrência é o objetivo principal destas organizações. Normalmente os membros de um cartel conservam sua independência, principalmente a financeira. Contrariamente às empresas de um truste, eles não estão abaixo de uma administração central. Devem obedecer ao estatuto do cartel, e em caso de uma infração podem sofrer sanções. Podem distinguir-se dois grandes grupos de cartéis: os que impõem aos membros obediência a certos métodos de negócios ou a preços idênticos, conhecidos como cartéis de igualização; e os cartéis de cotas, que concedem a seus membros tais mercados ou tal participação na produção ou nas vendas totais.

A tendência monopolista fica mais clara nos cartéis que constroem uma repartição regional dos mercados. Visando excluir a concorrência, determinada sociedade ou grupo de empresas, recebe com exclusividade o direito de venda em certa região. Os outros membros do cartel assumem o compromisso de não fazer concorrência naquela região, ao grupo ou firma escolhido (LEWINSOHN, 1945).

Nos séculos XIX e XX as grandes potências fixavam na Ásia e África as suas respectivas áreas de interesse, e os cartéis internacionais também repartiam o mundo entre si. Por volta de 1902 as companhias alemãs de navegação procuraram ajustar-se com um grupo de companhias anglo-americanas, controlado por J. P. Morgan, para repartirem entre si os mares e oceanos; essa tentativa não teve êxito, mas elas conseguiram delimitar os portos de escala para os navios das diferentes linhas. Já na indústria de trilhos, um acordo antes da guerra de

1914 tinha “repartido” o mundo assim: os Estados Unidos tinham como mercado exclusivo a parte da América do Norte ao sul dos grandes lagos, e renunciavam qualquer exportação para fora da América. Inglaterra e França exportavam para suas respectivas colônias, enquanto a Alemanha obtinha escoadouros no mercado sueco. Em outros mercados foram estabelecidas cotas. No entanto, não se chegou a um acordo para o mercado sul-americano, que ficou livre para todos os concorrentes (LEWINSOHN, 1945).

De acordo com Lenin (1987), a idéia de que os cartéis eliminam as crises não passa de “uma fábula de economistas burgueses que se propõem embelezar o capitalismo”. Para o mesmo, ocorre o contrário, o monopólio criado em certas indústrias, aumenta e agrava o caos inerente ao conjunto da produção capitalista.

Tanto Lenin (1987) quanto Mirow (1978) destacam a importância da evolução industrial elétrica como análise de monopólio. Seu desenvolvimento foi mais importante nos dois mais avançados novos países capitalistas: os Estados Unidos e Alemanha. Nesses países as ligações entre a indústria elétrica e banqueiros desde o princípio foram importantes para os industriais, principalmente na obtenção de créditos, e, sobretudo, em momentos de recessão econômica. Já em 1878 surgiram vínculos entre a casa bancária J.-P. Morgan e a General Electric. Na Alemanha em 1870, George Siemens funda o Deutsche Bank. As firmas Siemens e AEG (Allgemeine Electricitaets Gesellschaft), através do Conselho Fiscal e do delegado bancário, possuíam ligações consistentes entre si.

Thomas Edison nos Estados Unidos e Joseph Swan na Inglaterra inventaram entre 1878 e 1879 a lâmpada elétrica. Foi uma grande descoberta, que traria lucros aos seus inventores devido a sua utilização imprescindível com o passar dos tempos, e por ser base da rápida expansão da indústria elétrica (MIROW, 1978).

Segundo Lenin (1987), a partir de 1900 a concentração avançou enormemente. A indústria de eletricidade até 1900 tinha 7 ou 8 “grupos”, sendo cada um constituído por várias sociedades (28) e contando com apoio de 2 a 11 bancos. Entre 1908-1912 todos esses grupos se uniram em dois grupos, e até um só, pois passou a existir uma íntima cooperação entre a A. E. G. (Sociedade Geral de Eletricidade) e a Siemens e Halske. Somente a A. E. G. passou a controlar entre 175 e 200 sociedades (de acordo com o sistema de “participações”), estando presente em mais de 10 países e formando uma imensa empresa “integrada”, produzindo variados artigos, desde cabos isoladores até automóveis e aparelhos voadores. Essa concentração no mercado

européu e, sobretudo, no alemão, não exclui o processo de concentração na América. Em 1907 os trustes americano e alemão firmam um acordo para partilha do mundo, e a concorrência entre eles cessa. A G. E. C. (General Electric Company) “fica com” os Estados Unidos e Canadá; a A. E. G. “recebe” a Alemanha, Áustria, Rússia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Turquia e os Bálcãs. Outros acordos especiais, e secretos, regularam a atividade das filiais, que adentravam nos novos ramos da indústria e nos “novos” países, que formalmente não eram abrangidos pela partilha. Ocorrendo uma troca de experiências e invenções. A concorrência foi dificultosa em relação a este truste imenso e mundial. Mas esta partilha do globo entre dois poderosos trustes não exclui nova partilha, no caso de ocorrer uma modificação na relação de forças (em consequência de desigualdade de desenvolvimento, de guerras, falências, etc.).

Ainda para Lenin (1987), é fundamental para uma melhor compreensão do papel e poderio dos monopólios, considerar a função dos bancos. Em sua essência inicial os bancos possuem a função de intermediários nos pagamentos. Assim eles transformam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, com a criação de lucro, e reunindo rendimentos diversos em espécie, eles colocam-nos a disposição da classe dos capitalistas. Conforme os lucros aumentam e os bancos se concentram em um número menor de estabelecimentos, eles deixam de ser simples intermediários e tornam-se poderosos monopólios, possuindo a quase totalidade do capital-dinheiro dos capitalistas e pequenos empresários. Esta transformação de simples intermediários em monopolistas constitui um dos mais importantes processos da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista.

Ao atingirem grande extensão, esses monopólios resultam que um número reduzido de monopolistas sujeita a si as operações comerciais e industriais da sociedade capitalista em bloco. Graças às ligações bancárias, as contas correntes e outras operações bancárias, os bancos podem conhecer a situação de um ou uns capitalistas, e assim controlá-los, agindo sobre eles, facilitando ou dificultando o acesso ao crédito, determinando os rendimentos de suas empresas, etc. Surge então uma dependência do capitalista industrial em relação aos bancos. Em todos os países capitalistas, e independentemente de sua legislação bancária, os bancos reforçam e aceleram de forma considerável o processo de concentração dos capitais e de formação de monopólios. Dá-se inclusive uma união pessoal entre os bancos e as grandes empresas industriais e comerciais através de fusões entre uns e outros, por compra de ações, pela entrada de diretores dos bancos em conselhos fiscais ou de

administração das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. A união pessoal entre bancos e indústrias é completada pela união de ambos com o governo. Lugares em conselhos fiscais são oferecidos a personalidades do Estado que “possam facilitar” as relações com as autoridades. No caso alemão é comum encontrar um membro parlamentar ou da municipalidade de Berlim no conselho fiscal de um grande banco (LENIN, 1987).

Para Jeidels (apud Lenin, 1987), as ligações das empresas industriais com os grandes bancos, tendo uma organização ao mesmo tempo centralizada e descentralizada, enquanto fenômeno da economia alemã, não existiram antes de 1890. Essas ligações passaram a acontecer a partir de 1897 e intensificaram-se após 1900. Assim, Lenin (1987) afirma que o século XX marca o ponto de partida da mudança de um capitalismo anterior, sob o domínio do capital em geral, para um capitalismo sob o domínio do capital financeiro.

Segundo Hilferding (apud Lenin, 1987), boa parte do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Eles só conseguem acesso através dos canais do banco; que passam a investir cada vez mais uma parte de seus capitais na indústria, tornando-se capitalista industrial. A este capital bancário (capital-dinheiro), que se transforma em capital industrial, o autor denomina de “capital financeiro”; sendo ele um capital de que os bancos dispõem e os industriais utilizam. Entretanto, Lenin salienta que Hilferding silencia um fato de muita importância, a concentração da produção e do capital, que em certos estágios de desenvolvimento origina o monopólio. Ainda de acordo com Lenin, em regime geral de produção mercantil e propriedade privada, a gerência exercida pelos monopólios capitalistas, fica sob controle de uma oligarquia financeira. Esse capital financeiro, concentrado em monopólios sob algumas mãos, consegue da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, reforçando o domínio das oligarquias financeiras e oprimindo toda a sociedade em prol dos monopolistas.

3.3 AS GRANDES POTÊNCIAS “DIVIDEM” O MUNDO ENTRE SI

As seis maiores potências (Inglaterra, Rússia, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão) aumentaram a partir de 1876 suas possessões coloniais de forma considerável. Elas passaram de 40 para 65 milhões de quilômetros quadrados em 1914. Em 1876, Alemanha, Estados Unidos e Japão não possuíam colônias, e a França tinha somente 0,9

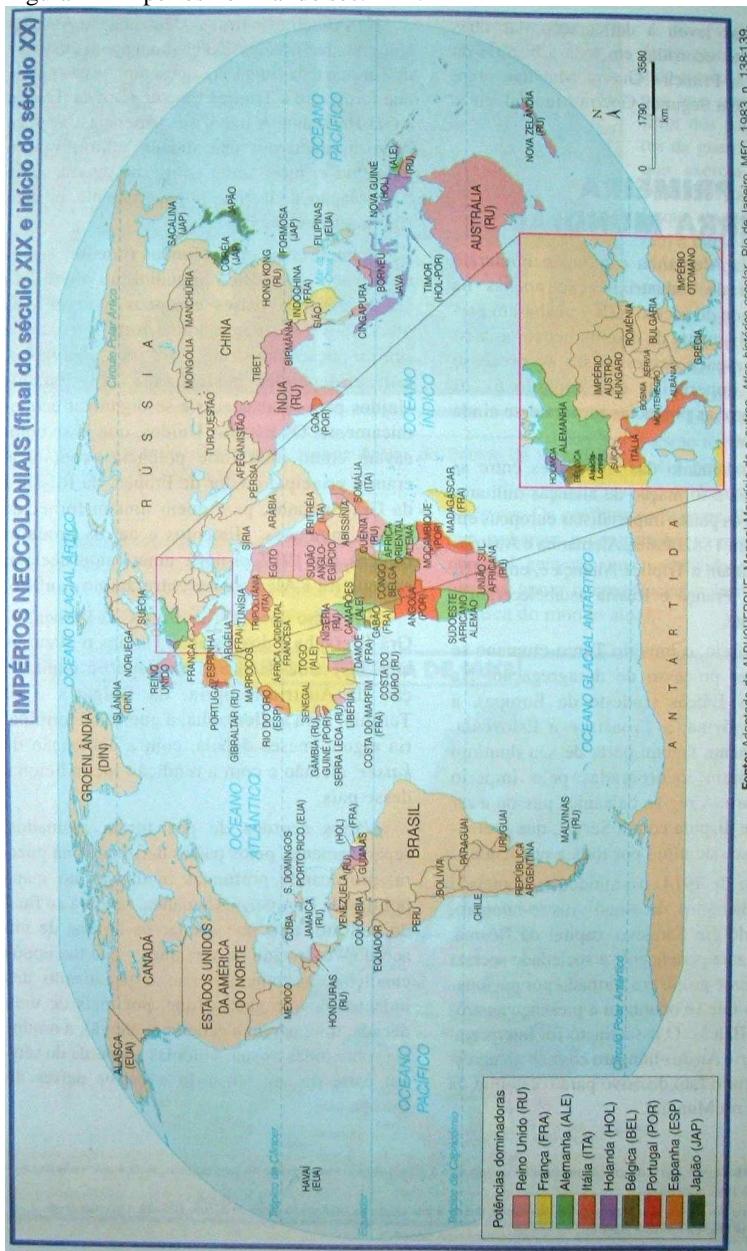
milhões de quilômetros quadrados. Enquanto a Inglaterra estava com 22,5 e a Rússia com 17 milhões de quilômetros quadrados em possessões coloniais. Aproximadamente em 1914, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão, já detinham juntos, 14,1 milhões de quilômetros quadrados de colônias, e a Rússia estava com 17,4 milhões de quilômetros quadrados. Já a Inglaterra foi a nação que mais expandiu seu domínio territorial entre 1876 e 1914, de 22,5 para 33,5 milhões de quilômetros quadrados de possessões coloniais (ver figura 2). Destas seis maiores potências, quatro delas (Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha), detinham no seu conjunto em torno de 479 bilhões de francos, o que significava cerca de 80% do capital financeiro mundial. O resto do mundo era de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, sendo eles os quatro pilares do capital financeiro mundial, verdadeiros banqueiros internacionais (LENIN, 1987).

Segundo Lenin (1987), para o geógrafo A. Supan, na passagem do século XIX para o XX o mundo estava, pela primeira vez, plenamente dividido entre as grandes potências, e que dali para frente os territórios só poderiam ser transmitidos de um “possuidor” para outro e não mais através da “tomada de posse” de territórios sem dono. Esse novo período colonial atinge uma dimensão que o colonialismo das Grandes Navegações não atingiu. Lenin (1987) afirma ser incontestável que a passagem do capitalismo ao seu estágio monopolista (do capital financeiro), se relaciona com o agravamento da luta pela partilha do mundo.

Contando com suas colônias, a Inglaterra aumentou sua rede ferroviária em cerca de 100 mil quilômetros entre 1890 e 1913, um aumento quatro vezes maior que o da Alemanha. Sendo o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente as de produção de hulha e ferro, muito mais rápido na Alemanha do que na Inglaterra, neste período. Em números, no ano de 1892 a Alemanha produzia 4,9 milhões de toneladas de ferro fundido e a Inglaterra 6,8; em 1912 a Alemanha produziu 17,6 contra 9 milhões da Inglaterra. Assim posto, Lenin indaga:

Será necessário perguntar se haveria aí, no terreno do capitalismo, outro meio que não a guerra para remediar a desproporção entre, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capitais e, por outro lado, a partilha das colônias e das ‘zonas de influência’ do capital financeiro? (LENIN, 1987, p.97).

Figura 2 – Impérios no final do séc. XIX.



Fonte: Lucci (2004, p. 13).

De acordo com Hobsbawm (2009), nos últimos anos do capitalismo do século XIX os países de capitalismo “desenvolvido” viveram um período que tem sido considerado de estabilidade social e política. A Grande Depressão ficava para trás e a década de 1900 trazia prosperidade econômica.

Os quinze anos entre 1899 e 1914 foram a *belle époque* não só por terem sido prósperos – e a vida era incrivelmente atraente para os que tinham dinheiro e dourada para os ricos –, mas também porque os dirigentes da maioria dos países ocidentais, embora preocupados talvez com o futuro, não estavam com medo do presente. Suas sociedades e regimes pareciam, de maneira geral, administráveis (HOBSBAWM, 2009, p. 426).

A paz era o quadro normal e esperado nas vidas européias. Desde 1871 nenhuma nação européia brigou em armas com nações similares. As grandes potências costumavam escolher suas vítimas no mundo fraco e não-europeu, mesmo que às vezes não calculassem corretamente a resistência dos mesmos: os *boers* deram mais trabalho do que os britânicos pensaram, os japoneses conseguiram se projetar entre as grandes nações ao derrotar a Rússia em 1904-1905, com poucos transtornos (HOBSBAWM, 2009).

No entanto, este não era o clima reinante em todos os lugares do mundo. Em algumas regiões o período entre 1880 e 1914 foi “de revoluções continuamente possíveis, iminentes ou mesmo reais” (HOBSBAWM, 2009, p.426). Para o Império Otomano, por exemplo, a Guerra Mundial iniciada em 1914 foi mais um ato de uma sequência de conflitos militares que começaram alguns anos antes. No território do Império Otomano, já há algum tempo em desintegração, a guerra era uma possibilidade presente, principalmente devido ao fato de que os povos a ele submetidos procuravam se estabelecer ou se expandir como Estados independentes e, conseqüentemente, guerreavam entre si, levando grandes nações em seus conflitos. Os Bálcãs eram conhecidos como o barril de pólvora da Europa, e de fato foi ali que em 1914 o primeiro conflito global explodiu. Já para o Império Habsburgo (Austro-Húngaro), e talvez a Rússia, a Primeira Guerra Mundial foi resultado da não resolução de problemas políticos internos, além de outros fatores (HOBSBAWM, 2009).

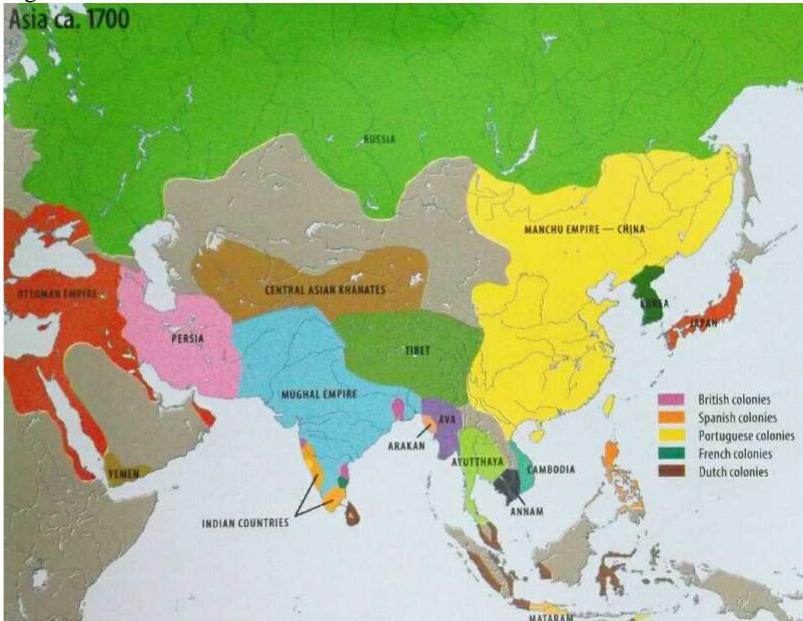
Já para John Keegan (2003), no início do século XX existia, reconhecidamente, um temor pela Europa de que um grande conflito entre nações era eminente. Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia e o Império Austro-Húngaro, viam seus territórios ameaçados de alguma maneira. Para os três maiores impérios europeus – Alemanha, Áustria e Rússia – o temor estava nas minorias insatisfeitas que viviam em seus territórios. Enquanto Grã-Bretanha e França estavam preocupadas com a administração de suas possessões ultramarinas – Grã-Bretanha que tinha a Índia entre suas possessões ultramarinas.

3.4 RELAÇÕES ÍNDIA *VERSUS* INGLATERRA

Não podemos interpretar o processo histórico do impacto dos ingleses na sociedade indiana ao longo de cerca de três séculos, como um simples resultado uniforme. A sociedade britânica e os ingleses que foram para a Índia sofreram variadas mudanças entre os tempos isabelinos e o século XX. O período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais teve mudanças significativas nas relações entre os ingleses e indianos. De organizados em busca de comércio e pilhagem até metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia” (MOORE, 1983).

Tendo chego à Índia entre 1611-12, no início do século XVIII (ver figura 3) os britânicos exerciam sua influência em três regiões: na região de Bombaim (oeste), Madrasta (sudeste) e Bengala (leste) (KÖNEMANN, 2010).

Figura 3 – Ásia 1700.



Fonte: Könenmann (2010, p.33).

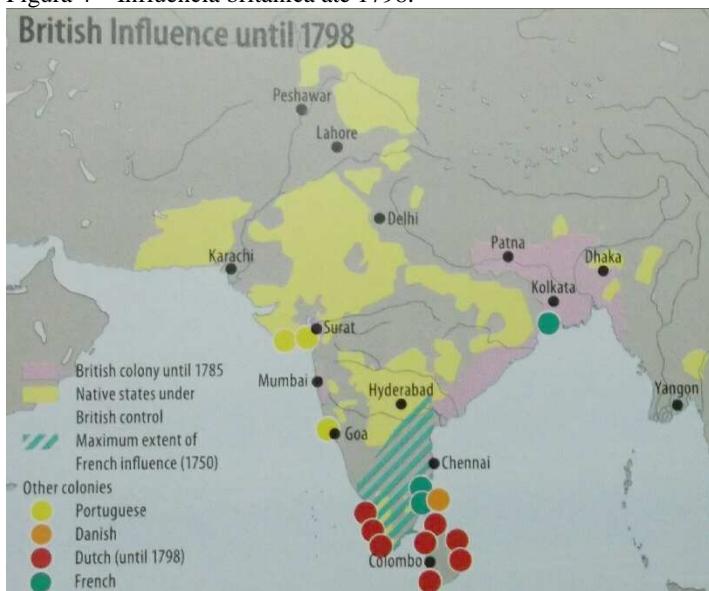
Os britânicos chegaram à Índia por motivos como aventura, razões de Estado, comércio e pilhagem, mas tudo isso em plena decadência da civilização medieval cristã tradicional. Logo perceberam a necessidade de consolidar uma base territorial. Essa necessidade tinha por intuito tornar o comércio mais vantajoso para os britânicos, que deixando representantes na Índia, poderiam negociar produtos agrícolas na época das colheitas, com preços mais baixos. Por esses motivos estabeleceram fortes e armazéns na Índia, a partir dos quais surgiria uma expansão do domínio territorial britânico em solo indiano (MOORE, 1983).

Em 1600, dois anos antes da VOC (Companhia Holandesa das Índias Orientais), os ingleses criaram sua própria Companhia das Índias Orientais, com licença da rainha Elizabeth I, para desenvolver o comércio com a Índia. Tornou-se conhecida como a “Casa da Índia”, superando em esplendor a rival holandesa, organizando seu próprio exército e transformando-se em uma espécie de Estado dentro do Estado. Estavam envolvidos na Companhia, donos de navios, mercadores e bucaneiros privados, unidos frouxamente por um conselho de diretores (MAGNOLI, 2006).

O estabelecimento de centros comerciais europeus em algumas regiões costeiras da Índia resultou, entre outros, no surgimento de uma importante classe de capitalistas indianos, intimamente ligadas aos comerciantes estrangeiros (PANIKKAR, 1977). Entretanto, diferentemente do que diz Panikkar (1977), não acreditamos que a fonte de riqueza da referida “classe de capitalistas indianos” tenha vindo dos comerciantes estrangeiros, mas sim, e pensando nos escritos de Marx e Davis referidos no presente trabalho, da expropriação de artesãos e principalmente camponeses. Por sinal, algo que não nos parece muito diferente ao que aparentemente ocorre ainda hoje em alguns estabelecimentos comerciais por nós visitados em Agra e Jaipur (ver anexo), voltados para exportação ou venda direta principalmente para estrangeiros, de produtos centenários do artesanato indiano.

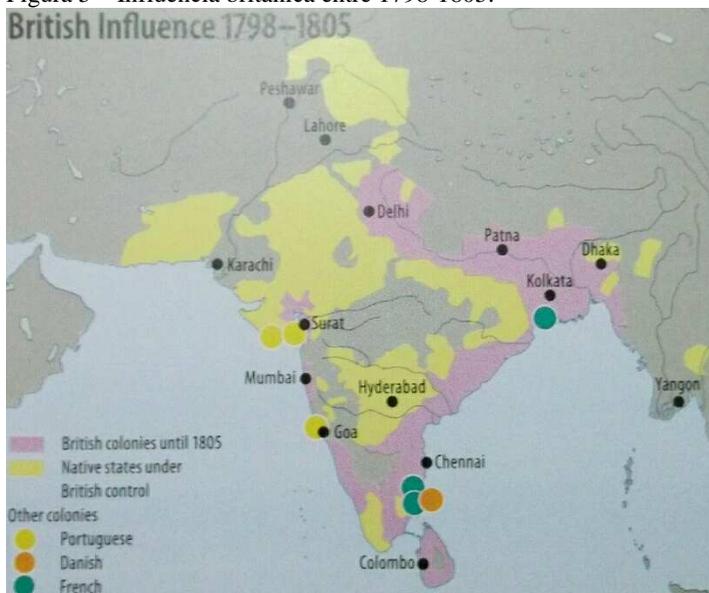
Em Surrate, os capitalistas ligados aos comerciantes estrangeiros possuíam o primeiro lugar nas trocas comerciais, de acordo com os primeiros relatórios da Companhia. Sua influência política também se fazia presente, como em 1622, quando exerceram a função de mediadores entre a Companhia inglesa e os governadores mongóis. O surgimento dessa classe ligada aos mercadores estrangeiros, e contrária, há tempos, à autoridade muçulmana, afetaria as estruturas políticas e econômicas indianas. A economia essencialmente agrícola, com produção industrial não ultrapassando as necessidades do consumo interno, por mais de dois séculos permaneceu ao lado do desenvolvimento de um comércio exterior substancialmente marítimo. Para Panikkar (1977), esse comércio não afetou a vida econômica continental indiana, pois no século XVI tratava-se principalmente das especiarias. Mas, ainda para o mesmo, a partir do século XVII iniciou-se uma revolução quando os mercadores estrangeiros passaram a pedir por produtos manufaturados ou de colheita, como grão de mostarda e cânhamo. Muitos produtos do fértil vale do Ganges convergiram aos portos de Bengala através dos mercadores *marwars* espalhados por toda a Índia do Norte, que seriam em breve os detentores do poder real. Ofereciam apoio financeiro aos vice-reis que aceitassem as taxas de juros mais altas e promettessem favorecer seus negócios (PANIKKAR, 1977).

Figura 4 – Influência britânica até 1798.



Fonte: Könemann (2010, p.364).

Figura 5 – Influência britânica entre 1798-1805.



Fonte: Könemann (2010, p. 364).

A Companhia Inglesa tinha sede em Londres, e governador geral estabelecido em Calcutá. Possuía delegação de poderes do governo britânico, ao mesmo tempo que exercia atividades normais de uma empresa especializada no comércio colonial. Entre o século XVIII e início do XIX, a Companhia organizou vários sistemas de arrecadação fiscal, que não escondiam ser de grande preocupação para a mesma. Em Bengala, os responsáveis pela coleta dos impostos eram os *zamindar*⁹ (coletores de impostos no tempo dos mongóis, agora reconhecidos como proprietários rurais privados, dos quais os camponeses se tornaram arrendatários); no sul, através dos *ryotwari*¹⁰ (cada camponês era responsável pessoalmente no campo fiscal); no nordeste, por meio dos *mahalwari* (o imposto recaía coletivamente sobre as aldeias). Os agentes da Companhia, todos ingleses, dirigiam o referido sistema fiscal, ao mesmo tempo em que exerciam funções administrativas e judiciárias, não sendo incomum a mesma pessoa acumular diferentes funções. Os indianos somente eram aceitos em postos muito subalternos. Esta era a organização financeira dos territórios diretamente controlados pela Companhia. Mesmo que em 1813 ela tenha perdido o monopólio do comércio na Índia, para o comércio privado britânico em geral, seus poderes de Estado eram mantidos (CHESNEAUX, 1976).

As medidas fiscais da Companhia¹¹, mencionadas no parágrafo anterior, afetaram a sociedade tradicional indiana. Não apenas alteraram o estatuto do solo, até aquele momento considerado prerrogativa do Estado, e a partir daí, objeto de apropriação privada. Novas relações econômicas foram introduzidas nas aldeias, uma demanda que empobrecia os camponeses e os colocava dependentes dos agiotas em

⁹ O referido sistema foi introduzido em Bengala e outras províncias por lei de 1793, e entregava a terra, pertencente às comunidades de aldeia desde tempos antigos, aos *zemindares*, estabelecendo uma nova classe de proprietários. Como proprietários da terra, os *zemindares* tinham que pagar a Companhia uma parte dos impostos sobre a terra, cobrados dos camponeses expropriados, pela violência e pela tortura (MARX e ENGELS, 1978).

¹⁰ Sistema introduzido pelos britânicos nas presidências de Bombaim e Madrastra, em 1818. Por ele, o camponês indiano (*ryot*) inicialmente membro da aldeia comunitária, era transformado em *rendeiro* da terra do Governo, e sendo obrigado a pagar renda a Companhia. Se não pudesse pagar a renda, bastante elevada, perdia o direito a terra. Gradualmente a terra dos camponeses caiu na posse de *usurários* (MARX e ENGELS, 1978).

¹¹ Conforme Chesneau (1976), as medidas fiscais afetaram as zonas de administração inglesa, pois a Índia dos príncipes protegidos sofreu poucas mudanças na sociedade.

anos de colheita ruim, com tendência também a comercializar a produção, corroendo o equilíbrio e o caráter autárquico da economia campesina. As grandes cidades manufatureiras do interior, como Dacca, Patna, Nagpur, Ahmedabad, sofrem perdas populacionais, ao contrário das regiões portuárias onde se opera o processo de subordinação da economia indiana ao imperialismo britânico, como Calcutá e Bombaim. Esse esboço de remodelação regional da economia indiana se tornou cada vez mais perceptível no decorrer do século XIX. As regiões com maiores atividades no Planalto Deccan ou da planície indo-gangética, cuja prosperidade estava no equilíbrio das culturas alimentares, industriais e do artesanato, mínguam em proveito das zonas de produção de matérias-primas, como algodão bruto, e das zonas comerciais ligadas ao comércio britânico. A miséria nos campos é ampla e torna-se mais grave com a ruína do artesanato, os canais e outras obras de irrigação não sofrem os devidos cuidados de manutenção (CHESNEAUX, 1976).

Vejamos na tabela abaixo (tabela 1) um exemplo de gastos com obras públicas durante um ano fiscal indiano, publicados por Marx em um de seus escritos no jornal *New York Daily Tribune* em 1853. Segundo o mesmo, os dados foram retirados dos próprios relatórios anuais ingleses sobre a Índia.

Tabela 1 – Lucro e encargos com obras públicas (1851-52).

	Lucro bruto 1851-52	Encargos com obras públicas 1851-52
Bengala-----	£ 10 000 000	£ 87 800
Madrasta-----	£ 5 000 000	£ 20 000
Bombaim-----	£ 4 800 000	£ 58 500
Total	£ 19 800 000	£ 166 300

Fonte: Marx e Engels (1978). Tabela feita pelo autor.

Entre obras públicas estavam as obras de irrigação, estradas, pontes e outros trabalhos de utilidade pública, e como pode ser constatado, o imperialismo britânico não escondia sua rapinagem perante os indianos; ou melhor, uma de suas faces.

Segundo Chesneau (1976), durante a época da Companhia, os algodões e lãs britânicos pagavam 3,5% e 2% para entrar na Índia, já os indianos pagavam 10% e 30% para entrar na Inglaterra. Já de acordo com Amsden (2009), as tarifas ficavam entre 40-60% para tecidos indianos entrar na Grã-Bretanha no início do século XIX e na Índia os comerciantes e fabricantes locais de produtos têxteis indianos pagavam entre 6% e 18% de impostos *ad valorem* para o trânsito interno de seus

produtos, imposto esse que os comerciantes britânicos estavam isentos. Mesmo com essa atitude, a indústria algodoeira na Índia conheceu um desenvolvimento industrial, mesmo restrito, durante o século XIX, tendo uma dezena de cotonifícios em 1860 e 114 em 1889. A maioria dessas fábricas foi fundada por comerciantes indianos prósperos de Bombaim ou de Ahmedabad, como os Tata. Os britânicos também se esforçavam em impor de forma constante uma rúpia cara, em favor das empresas britânicas e em detrimento ao interesse comum da burguesia e do povo indiano (CHESNEAUX, 1976).

Davis (2002) faz referência ao jornalista estadunidense John Russel Young, o qual em passagem pela Índia em 1877 escreveu que:

[a] influência inglesa no Oriente é apenas outro nome para tirania inglesa. Não existe maior despotismo nem mais absoluto que o governo da Índia. Poderoso, irresponsável, cruel... [o] dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza (DAVIS, 2002, p14).

Em fins do século XVIII, a opressão dos mercadores ingleses era tamanha, que os grandes proprietários de terra dirigiram uma petição ao Conselho do país. Petição transcrita por Panikkar (1977), da qual extraímos um trecho:

Comerciam... com todo tipo de grão, de tecidos e com todas as mercadorias que o país pode fornecer. Para obter tais artigos, forçam os camponeses a aceitar sua moeda, e havendo assim comprado pela violência essas mercadorias, pelas quais não pagam quase nada, obrigam os habitantes e os varejistas a comprar-lhes, por um preço bastante elevado, superior ao dos mercados... Quase mais nada resta ao país (PANIKKAR, 1977, p.105).

Além de adquirir poder político nas Índias Orientais, a Companhia Inglesa obteve o monopólio exclusivo do comércio de chá, do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. A navegação costeira entre a Índia e as ilhas e o comércio no interior da Índia, tornaram-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. Monopólios de sal, ópio, bétel, entre outras mercadorias,

eram minas inesgotáveis de riquezas. Os funcionários eram os próprios a fixar os preços, esfolando a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governador geral fazia parte desse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos sob condições em que do nada faziam ouro. “Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos: a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer” (MARX, 1996a, p. 371).

Se, como exposto alguns parágrafos acima, a terra passa a ser objeto de apropriação privada, e anteriormente para Marx (1986), como já dissemos, ela era “propriedade comunal”, mesmo aparentando levar a uma ausência legal de propriedade, nos parece que Barrington Moore comete um equívoco ao afirmar que “a Índia não sofreu movimento de expropriação significativo” (MOORE, 1983, p. 354-355), ainda que o próprio autor, parágrafos antes, exponha que os agiotas em determinado momento passam a procurar a posse da terra propriamente dita. Com base em Marx (1986), Chesneaux (1976) e Davis (2002), acreditamos que o imperialismo britânico destruiu de fato um dos fundamentos do Modo de Produção Asiático, a propriedade comunal.

No ano de 1957 o diretor de cinema italiano, Roberto Rossellini, esteve na Índia. Em sua autobiografia ele faz algumas observações a respeito do imperialismo inglês na Índia. Segundo ele, inicialmente os ingleses foram compradores, como outros e, com a Companhia das Índias, até contribuíram para a prosperidade do país. Entretanto, logo se transformaram em implacáveis exploradores de matérias-primas, fazendo regredir a Índia, “que desceu da categoria de país produtor para a categoria de nação ruminante que outros vêm ordenhar, retirando por preços módicos seus recursos naturais” (ROSSELLINI, 1992).

Os ingleses não somente extraíram uma grande parte dos capitais que o comércio exterior havia levado para Índia, retornando para a Europa, entre 1757 a 1780, cerca de 40 milhões de libras. Além disso, utilizaram esse mesmo dinheiro para arruinar a indústria têxtil indiana. A revolução da máquina de Manchester, “não teria sido possível sem os investimentos dos empregados da Companhia,” voltando ao país após terem feito fortuna e desejando investir o lucro. As máquinas a vapor de Manchester fabricavam tecidos em série, que concorriam vantajosamente com aqueles que teciam a mão os artesãos de Delhi, Srinagar, Rejahstan, Lucknow, Benares, Bengala, Madras, Bombaim. Essas máquinas produziam os modelos que os “inventores” ingleses copiaram das estampas indianas; sendo essa a origem do tecido de Jouy (ROSSELLINI, 1992).

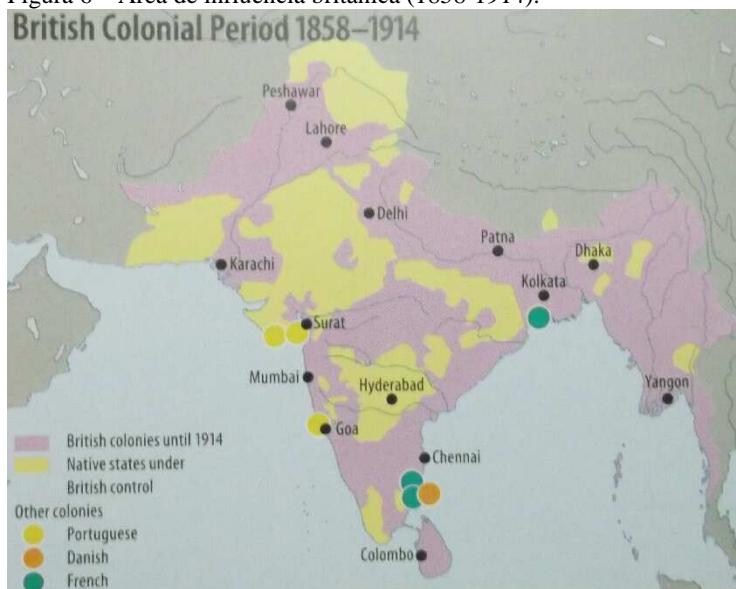
Os ingleses haviam começado a destruição sistemática do artesanato indiano, punindo os tecelões, baixando preços, inserindo em seu sistema repressivo um procedimento tão simples quanto eficaz: os infratores estavam condenados a ter o polegar cortado. O polegar que permite aos humanos, entre outras funções, tecer. Durante o século XIX, após ter conquistado os mercados europeus, os tecidos de Manchester foram impostos à Índia, de forma que o algodão voltava a seu lugar de origem, consideravelmente mais caro. E quando a indústria indiana tentou sair do limbo, os magnatas de Manchester lá estavam para prejudicá-la (ROSSELLINI, 1992).

Dinheiro, idéias, matéria-prima, homens: pode-se dizer que os ingleses tomaram tudo da Índia, provocando nesse país a mais formidável devastação econômica e social que uma nação já conheceu. Os tecelões indianos desapareceram, tragados pela miséria; a agricultura viu chegar um enorme fluxo de mão-de-obra; seguiu-se um empobrecimento geral. Autores considerados sérios não hesitam em afirmar que a vampira Inglaterra deve à Índia o século de supremacia industrial cujas delícias consumiu entre 1815 e 1914 (ROSSELLINI, 1992, p.120).

3.4.1 Movimento nacional e luta pela independência

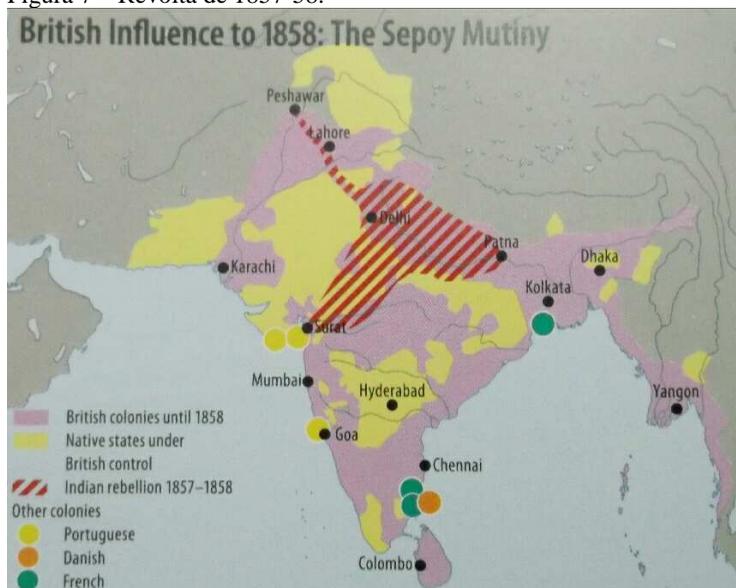
No final da primeira metade do século XIX, por volta de 1847, o último Estado independente da Índia, o Panjab (Punjab), foi conquistado. Mesmo com os Estados e reinos dominados de maneira direta ou indireta pelo imperialismo inglês (ver figura 6), o povo indiano cobrou sua liberdade com a Revolta de 1857-58 (ver figura 7). Revolta que foi dirigida pelas velhas classes dominantes, as quais desejavam recuperar seus poderes perdidos, e mesmo contando com o apoio de entusiasmadas massas populares por vastos territórios, não possuía poderes e organização para combater os ingleses e foi derrotada em 15 meses. Do fim da revolta, até 1919, o imperialismo britânico não sofreu grandes ameaças na Índia (PANIKKAR, 1977). Para Chesneaux (1976), a heterogeneidade de participantes e apoiadores do movimento e a incapacidade de entendimento entre os próprios, foi tão responsável pelo fracasso do movimento quanto à capacidade técnica superior das tropas inglesas.

Figura 6 – Área de influência britânica (1858-1914).



Fonte: Könemann (2010, p.364).

Figura 7 – Revolta de 1857-58.



Fonte: Könemann (2010, p.364).

As forças políticas tradicionais não foram capazes de restaurar a independência perdida. Mas também não tentaram, pois as autoridades britânicas mudaram sua política em relação aos principados indianos, tentando mantê-los em seus lugares, ao invés de continuar a destruí-los. O movimento nacional passa a ser dirigido então pelos intelectuais ocidentalizados e a burguesia comerciante moderada. Poucos desses intelectuais tiveram uma ação propriamente política. E mesmo aqueles que conseguiram um maior destaque no primeiro momento, e seus companheiros, eram ligados à causa nacional, mas acreditavam que era preciso confiar na Inglaterra, proceder através de reformas prudentes, agir constitucionalmente, nos limites da ordem e da lei. Ideias essas presentes na fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885, futuro partido nacionalista e revolucionário; de postura muito moderada em sua origem, pedindo por maior participação indiana nos Conselhos Legislativos Britânicos (de Calcutá e das províncias), ou a admissão de indianos nos postos principais do *Indian Civil Service*.¹² Mesmo com ideias moderadas, poucos resultados concretos foram alcançados. Somente com a mudança de postura política de alguns integrantes do Congresso, como Tilak, que passaram, entre outras, a criticar o ocidentalismo e a postura moderada dos então dirigentes do Congresso, provocando um embate interno a partir do final do século XIX, que o movimento nacional indiano ganhou novo impulso (CHESNEAUX, 1976).

Entretanto, o movimento nacional foi muito restrito e de pouca expressão política até a Primeira Guerra Mundial – assunto mencionado brevemente no presente trabalho.¹³

¹² Além das tarefas administrativas ordinárias, como coleta de impostos, manutenção da lei e da ordem e de modo mais geral a fiscalização do país, detinha atribuições judiciárias mais elevadas: entre seus membros eram escolhidos uma parte dos juízes das Altas Cortes provinciais. Os ingleses para entrar para o *Indian Civil Service* prestavam concurso, onde os exames favoreciam os formados em Oxford e Cambridge. Até o final do século XIX, pouquíssimos indianos conseguiram adentrar nas funções principais do *Indian Civil Service*. Dependente dessa administração existia uma burocracia em escala regional e bem vigiada, e através desses pequenos funcionários, somente indianos, a autoridade governamental se aproximava das massas. O inglês não possuía contato direto com a população indiana, mesmo controlando de perto seus mandatários indianos. Sistema similar ao da polícia e exército, onde os ocupantes dos cargos superiores eram escolhidos na Inglaterra e os demais cargos, ocupados por indianos (PANIKKAR, 1977).

¹³ Assunto que abordamos de forma mais aprofundada em:

Com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917, o movimento nacional indiano passou por um rápido amadurecimento. Antes exclusivamente político, passou a incorporar questões econômicas e sociais, adotando inclusive a ideia de planos. A vida intelectual até então de forte influência ocidental começou a ser contestada entre os próprios intelectuais. O desenvolvimento dos partidos socialistas europeus (muito mais revolucionários que atualmente), também teve sua contribuição, como o Partido Trabalhista inglês, apoiando o movimento nacional indiano desde sua fundação. No fim da guerra o movimento indiano já era popular, presenciou o aparecimento da figura política de Gandhi e seu movimento de não-cooperação e não-violência, a formação de numerosos sindicatos,¹⁴ o surgimento da ala esquerda do Congresso, liderada por Nehru e Bose e autodeclarada socialista, a fundação do Partido Comunista Indiano, influente nas organizações operárias e camponesas (CHESNEAUX, 1976; PANIKKAR, 1977).

Os debates do movimento nacional indiano em prol da independência cresceram em ideias e participantes, deixando complexa sua evolução. Forças populares tornam-se mais ativas, como o campesinato¹⁵ e os sindicatos. O próprio Partido do Congresso presencia um embate entre uma ala mais avançada, ou de esquerda, em torno de Nehru, Bose e intelectuais radicais, e outra direitista, que apoiava atitudes moderadas em relação à Inglaterra e era socialmente conservadora.¹⁶ As divisões no movimento nacional foram diversas, e em sua maioria culminavam em novas organizações ou alas. O

CAMPOS, Bruno de. **A Geopolítica da Segunda Guerra Mundial**: processo histórico de constituição do imperialismo nazi-fascista alemão e sua derrocada. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Curso de Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2010.

¹⁴ Durante a segunda metade do século XIX surgiram duas novas categorias sociais: a burguesia moderna e o proletariado industrial. A distribuição da população operária refletia o crescimento de diversos setores: ferroviários e trabalhadores das docas, das plantações de chá, mineiros das minas de ferro e carvão, operários das fiações e tecelagens de Bombaim e de Allahabad e das fábricas de juta de Calcutá (CHESNEAUX, 1976).

¹⁵ Uniões camponesas (*Kisan Sabha*) de tipo moderno organizaram-se tardiamente, a *All India Kisan Sabha* é fundada em Lucknow, em 1935. Assim mesmo, o campesinato não foi passivo ao imperialismo britânico, várias revoltas regionais ocorreram desde a segunda metade do século XIX (CHESNEAUX, 1976).

¹⁶ Nehru pai (Motilal Nehru) estava na ala direita, enquanto seu filho Jawaharlal Nehru, era uma das figuras mais importantes da ala esquerda.

imperialismo britânico, obviamente, não reprimia o movimento somente de forma política, mas também com brutalidade, como assassinatos e prisões (Tilak foi preso por duas vezes e Nehru oito) (CHESNEAUX, 1976).

Gandhi torna-se figura importantíssima dentro do movimento nacional indiano e no próprio partido do Congresso. Nos primeiros anos da década de 20, ele consegue cada vez mais aproximar os camponeses do partido, que rapidamente transforma-se numa organização de massas, e começa adquirir proeminência na luta pela independência. Para Panikkar (1977), após a Primeira Guerra Mundial a política inglesa tinha um objetivo principal em relação à Índia: ganhar tempo. Era sabido que a independência viria, mas os ingleses almejavam uma independência mais conveniente aos seus interesses. Tentaram então romper a unidade da Índia, se aproximando de alguns príncipes, medida que não surtiu efeito com muitos deles. Com efeito, a unidade do movimento nacional foi atingida pela questão religiosa. Nem o sistema de castas¹⁷ ou as dezenas de grupos linguísticos,¹⁸ abalaram seriamente a unidade do movimento pela independência.

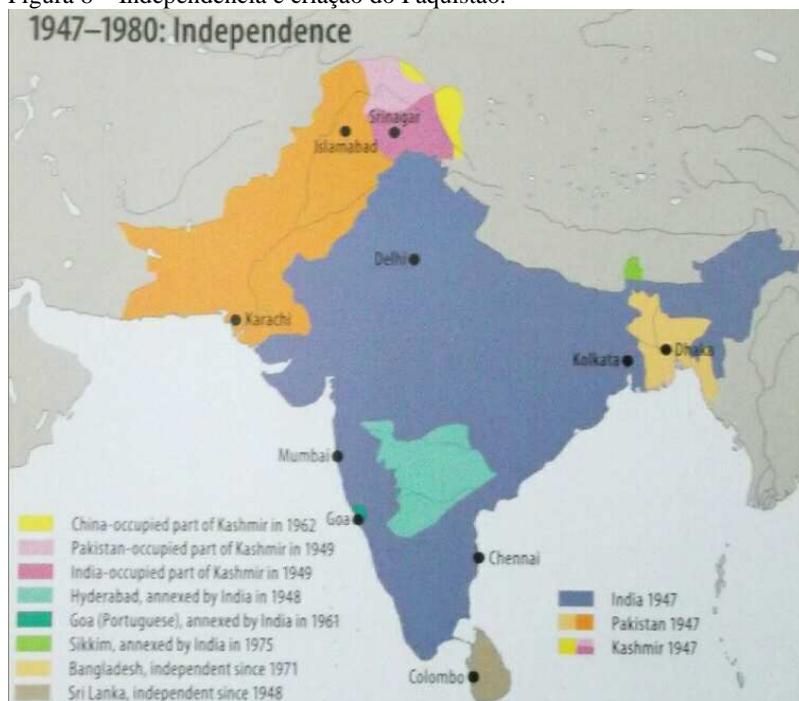
¹⁷ Com cerca de 1500 anos, o sistema possui entre seus preceitos: todos são criados desiguais. Tal hierarquização da sociedade hindu tem origem em uma lenda na qual os quatro principais grupos (*varnas*) emergem de um ser primordial. Da boca, vêm os brâmanes (sacerdotes e mestres), dos braços os xátrias (governantes e soldados), das coxas os vaixás (mercadores e negociantes) e dos pés os sudras (trabalhadores braçais). Cada *varna*, por sua vez, abrange centenas de castas e subcastas hereditárias, cada qual com hierarquia própria. Um quinto grupo são os *achuta*(s), ou intocáveis. Eles são os excluídos, pessoas demasiado impuras para classificar-se como seres dignos. Eles são evitados, insultados, proibidos de frequentar templos e casas de castas superiores, obrigados a comer e beber em utensílios separados em lugares públicos e, em casos extremos mas não incomuns, são estuprados, queimados, linchados e baleados (O'NEILL, 2003). Pelo censo indiano de 2001, 80,5% da população do País era Hindu, em segundo lugar ficavam os muçulmanos, sendo 13,4% da população (CENSUS OF INDIA, 2013).

¹⁸ As discussões por causa das diversas línguas existiam tanto nos tempos do movimento nacional, como após a independência. Mesmo que nos dias atuais a Índia tenha 23 idiomas oficiais, na década de 60 o idioma inglês recebeu uma classificação diferenciada dos outros 22. Para Hobsbawm (2008), nesse momento a política da Índia não era mais monopolizada por uma pequena elite muito anglicizada ou ocidentalizada, que teve que se confrontar com a discussão por Estados linguísticos, os quais os primeiros movimentos nacionais não tinham dado atenção, apesar de que alguns comunistas indianos tenham avisado disso pouco antes da Primeira Guerra Mundial. As rivalidades linguísticas eram

As idéias de Tilak em fins do século XIX, nacionalistas e contra o ocidentalismo do movimento nacional, também tinham uma aproximação entre o hinduísmo e o movimento, mesmo que o Partido do Congresso não assumisse posição religiosa. Alguns setores da minoria muçulmana (naquele momento cerca de um quarto da população), descontentes com a aproximação do hinduísmo, começaram a se organizar religiosa e culturalmente por uma espécie de renascimento muçulmano, primeiramente na Universidade de Aligarh, e em 1906 fundando o grupo político Liga Muçulmana. Os britânicos contribuíram com o dualismo religioso, quando em 1905 dividiram a região de Bengala, destacando as áreas muçulmanas, e com as reformas eleitorais de 1909, 1919 e 1935, que entre outros, decidia pela representação separada para os muçulmanos. Quando a independência de fato foi alcançada em 1947, as regiões de maioria muçulmana formaram o novo Estado do Paquistão (ver figura 8).

para manter o inglês língua oficial da Índia até os tempos atuais, mesmo que fosse falado por uma parcela pequena da população do país, porque outros indianos não aceitam a dominação do híndi, falado por 40% da população. Antes da independência, tanto o Partido do Congresso como o Partido Comunista, possuíam tendências de apoio ao hindustani [híndi-urdu] como única língua nacional.

Figura 8 – Independência e criação do Paquistão.



Fonte: Könemann (2010, p.365).

4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o Império Britânico perdeu seu lugar de grande potência mundial. Neste ínterim, a Índia, uma de suas posses coloniais, conseguiu sua independência. Assim, foi somente após 1947, quando deixou de ser colônia britânica, que o país pôde mudar seu caráter de economia colonial para o de uma nação que de fato voltava-se para o desenvolvimento interno.

4.1 MUDANÇAS GEOPOLÍTICAS E GEOECONÔMICAS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Também após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar de potência geoeconômica hegemônica no mundo capitalista. Sua ascensão foi favorecida, entre outros fatores, pela maior parte de seu território não ter sido palco efetivo de operações militares na Segunda Guerra, bem como por sua economia de guerra ter contribuído contra os efeitos negativos da crise de 1929 e ainda as economias européias e japonesa se apresentarem bastante enfraquecidas pelo conflito. Em pouco tempo, a Polônia, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Albânia, Iugoslávia e Alemanha Oriental passaram a constituir a área de influência socialista. O estabelecimento do poder revolucionário e seu crescimento econômico permitiram à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a criação de um poderio militar comparável ao das grandes potências capitalistas. Assim sendo, os Estados Unidos e os seus aliados europeus tiveram que enfrentar uma nova realidade, adversa aos seus objetivos: “governos socialistas em nações da Europa onde seriam bem-vindas as democracias parlamentares e a livre empresa” (PONTES, 1981, p.88).

Os Estados Unidos partiram, principalmente a partir de 1947, para uma política deliberada de “contenção” do socialismo soviético, iniciando a confrontação bipolar da Guerra Fria, a qual viria a dominar (com variações de intensidade) toda a evolução mundial nas quatro décadas seguintes (FERNANDES, 1999).

Contudo, a partir dos anos de 1970 os Estados Unidos começaram a sofrer uma crise de hegemonia, novas regiões e/ou países industriais com poder competitivo tornavam-se mais evidentes – como a Ásia Oriental, que entretanto foi atingida por violenta crise em 1997 – e aumentava o processo de internacionalização financeira, juntamente com o avanço de políticas liberais pautadas pelo livre jogo das forças de

mercado. Assim, a economia mundial passou por importante redefinição de posições geoeconômicas e geopolíticas (SILVA, 2001).

Tais características revelam um processo em boa medida lógico-econômico, isto é, ligado à crise do capitalismo – com nítidas repercussões espaciais, assinaladas, entre outras, na redefinição das posições geoeconômicas das nações, ou em importantes realocações dos investimentos. Em parte, porém, e notadamente no que concerne à última característica, estamos diante de mecanismos políticos e mesmo ideológicos, ligados à tentativa dos Estados Unidos de, no bojo da desestruturação da URSS, reafirmar a sua hegemonia política e econômica mundial, através das políticas e do ideário livre cambista da “globalização”¹⁹ – enquanto ele próprio, na verdade, aparece cada vez menos globalizado [...] (SILVA, 2001, p.8).

Certamente, não se pode ignorar que a economia estadunidense conheceu, nos anos 1990, uma considerável retomada (SILVA, 2008). Mas, no início do século XXI, outras economias se mostraram mais pujantes, como a chinesa e também a indiana.

Atualmente presenciamos a ascensão mundial dos “países-baleias” (POCHMANN, 2010), que com maior importância das escalas do mercado interno (população elevada em grandes áreas territoriais nacionais), somada ao crescimento do nível de emprego e da retirada de parcelas significativas da população em situação de pobreza, indica o reposicionamento desses países na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Pochmann (2010), os dois principais fatores responsáveis pela ascensão dos países-baleias são: 1) o movimento global de reorganização do capital, que de forma concomitante a uma relativa decadência dos Estados Unidos, contribui para que o outrora centro dinâmico unipolar transforme-se em uma multipolarização geoeconômica mundial (Estados Unidos, União Européia, Rússia, Índia, China e Brasil); 2) os desdobramentos da crise internacional de 2008, sem resolução mais definitiva, principalmente nos países ricos. Considerando ainda que a crise aconteça intercalada com o avanço da

¹⁹ Segundo Silva (2001), mesmo que os fluxos financeiros internacionais tenham aumentado desde os anos setenta, “existem dados abundantes que comprovam a falácia de idéias como a da globalização financeira”.

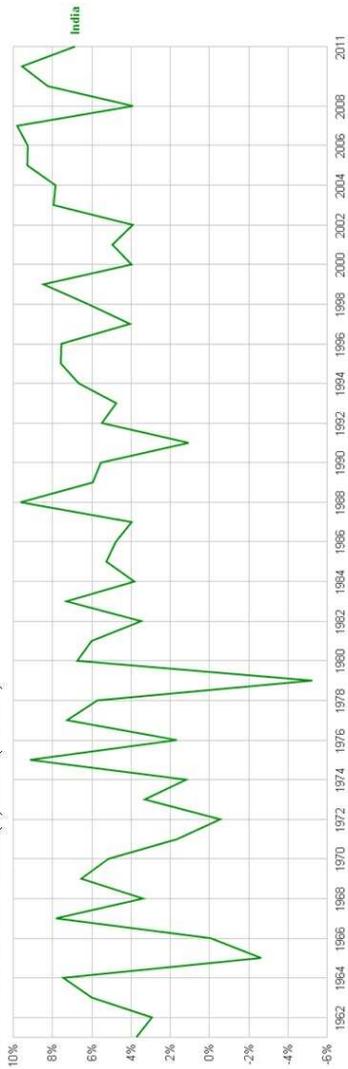
revolução tecnológica e outro ciclo de industrialização tardia na Ásia, nota-se que a dinâmica econômica mundial é cada vez mais desigual, mesmo que combinada. Em um lado o quadro geral de semiestagnação das economias desenvolvidas, no outro o avanço das economias e relações comerciais Sul-Sul (POCHMANN, 2010).

Após algumas oscilações nas décadas de 70, 80 e 90, a partir de 2003 a Índia passou a ter taxas de crescimento econômico próximas de 8% ao ano (TREVISAN, 2006) (ver gráfico 1).²⁰ Entre 2003 e 2007 os BRIC's²¹ (Brasil, Rússia, Índia e China) foram responsáveis por quase metade do crescimento global (ver gráfico 2), de acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). No entanto, o maior dinamismo econômico deste grupo encontra-se, sobretudo, nos índices de expansão do PIB da China e da Índia (PRATES e CINTRA, 2009). Mesmo com a crise econômica que atingiu o mundo capitalista no último trimestre de 2008, a Índia não sofreu sérios problemas econômicos, e no primeiro trimestre de 2009 obteve um desempenho econômico acima do esperado (BBC, 2009).

²⁰ Com a crise econômica de 2008, o crescimento do PIB no mesmo ano (ano fiscal indiano de abril de 2008 a março de 2009) apresentou uma queda em relação ao ano anterior, mas segundo o *Reserve Bank of India* (2012c), entre 2007 e 2011 a taxa média de crescimento do PIB foi de 7,9%.

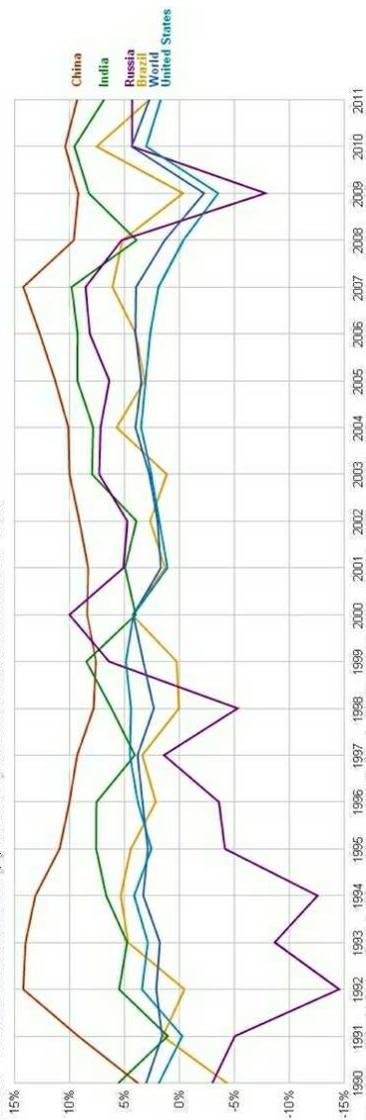
²¹ Desde 2009 os líderes desses países realizam cúpulas anuais e desde 2011 contam com a participação da África do Sul, transformando o acrônimo em BRICS ("S" de South Africa, em inglês).

Gráfico - 1 Taxa de crescimento do PIB (%) da Índia (1961-2011).



Fonte: Google Public Data (<http://www.google.com/publicdata>) com informações do Banco Mundial e montagem do autor.

Gráfico - 2 Taxa de crescimento do PIB (%) dos BRIC's, dos Estados Unidos e do Mundo Pós-URSS.



Fonte: Google Public Data (<http://www.google.com/publicdata>) com informações do Banco Mundial e montagem do autor.

4.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GÊNESE INDUSTRIAL

De acordo com Barrington Moore, a formação social indiana colocou alguns obstáculos “no caminho do desenvolvimento econômico antes da aparição dos europeus” (1983, p. 365). Entre eles a insegurança da propriedade, barreiras à acumulação, prêmio dado por exibição de luxo e o sistema de castas. O luxo muitas vezes estimulou o comércio e os bancos atingiram elevado desenvolvimento. No entanto, esse comércio não seria o dissolvente que iria destruir a sociedade agrária tradicional da Índia. Possivelmente a ausência de uma revolução comercial e industrial pode ser atribuída ao imperialismo britânico, sua destruição do artesanato têxtil e sua atitude com reservas aos interesses comerciais que pudessem concorrer com seus próprios interesses. Mas os ingleses não conseguiram impedir o aparecimento de uma classe comercial nativa moderna.

Durante o século XIX uma burguesia moderna indiana fundou fábricas (fiações e tecelagens de Bombaim e das províncias centrais, siderúrgicas de Jamshedpur) e abriu bancos e casas comerciais atacadistas. Essa burguesia, na maioria dos casos surgiu da antiga classe de mercadores, como os parses de Bombaim (entre eles, Jamstji Tata, fundador de Jamshedpur), ou os marwaris (como Birla, da indústria algodoeira). Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo indiano na segunda metade do século XIX, não conseguia grandes avanços. Organizado em grandes monopólios, controlando diversos setores de atividade (como os trustes Tata ou Birla), esteve restrito à indústria leve ou à produção de bens em bruto ou semi-acabados, não podendo concorrer com os britânicos no setor importante de máquinas e dos produtos de equipamento pesado. Enfrentava também entraves pela dificuldade de poder de compra das massas populares, insuficiente proteção das tarifas aduaneiras estabelecidas pelos britânicos, a existência em seu interior de um setor “comprador”, por fim, uma forte concorrência das empresas britânicas, melhor equipadas e melhor financiadas. As Câmaras de Comércio indianas, por setor industrial ou regional, formadas entre 1890-1910, tinham como objetivo defender esses interesses e reivindicar tarifas protetoras mais eficazes, permitindo o desenvolvimento da produção nacional. Em 1927 se uniram na *Federation of Indian chambers of Commerce and Industry*. Suas reivindicações e interesses tiveram grande espaço no programa e nas atividades do Partido do Congresso (CHESNEAUX, 1976). Em seguida, o aço, o açúcar, a seda e o algodão conseguiram conquistar certa proteção tarifária, impulsionando um desenvolvimento industrial. Mas a

construção naval não conseguiu vencer os interesses britânicos, ficando sem qualquer proteção. A criação do *Reserve Bank of India* (Banco Central Indiano)²² foi importante para que a rupia indiana (moeda nacional) deixasse de ser controlada por Londres. Bancos e companhias seguradoras indianas começaram a se desenvolver (PANIKKAR, 1977).

O economista indiano T.R. Sharma (apud Chesneaux, 1976), em estudo sobre a divisão das indústrias modernas na Índia, destacou a necessidade de sua redistribuição, demonstrando a desigualdade do crescimento econômico de alguns centros industriais indianos entre 1891 e 1941: Calcutá, 189%; Ahmedabad, 310%; Cawnpore, 151%; Jamshedpur (cidade dos Tata), 2.383%. Já antigos centros industriais avançaram bem menos: Lucknow, 46%; Benares, 18%; Patna, 7%.

Gijsbert Oonk (2007) apresenta três tipos de desenvolvimento das indústrias modernas indianas: os Marwaris em Calcutá, os Parsis em Bombay e os Hindus em Ahmedabad.

Os Marwaris são naturais do Rajastão (noroeste da Índia) e passaram a se espalhar pela Índia no século XIX. Antes financiadores dos príncipes do Rajastão, chegados a Calcutá passaram a ser intermediários entre os comerciantes estrangeiros e os indianos, fornecendo principalmente juta bruta para as empresas britânicas. Os britânicos não os viam com bons olhos, pela fama de serem especuladores e tentarem vantagens financeiras, eles não possuíam vínculos formais com os britânicos, e eram vistos como concorrentes. Alguns Marwaris também passaram a ser financiadores, efetuando empréstimos de curto e longo prazo. Algumas famílias, como os Birla e Goenka, agiram de forma diversificada, como comerciantes, banqueiros, corretores em empresas britânicas de comércio, ocupantes de cargos em organizações formais do comércio de juta e principalmente através da aquisição de ações, assumir cargos em empresas britânicas. Após a Primeira Guerra Mundial os Birla iniciaram sua primeira fábrica de juta e os Goenka logo após a Segunda Guerra Mundial (OONK, 2007).

No caso de Bombay, os Parsis eram originários, sobretudo de Gujarat, mas também Surat, eram comerciantes, tradutores, agiotas, banqueiros e artesãos. Eles tradicionalmente tinham uma boa relação com os britânicos, os quais passaram a apoiar investimentos dos Parsis em Bombay, como comerciantes intermediários, recebendo incentivos tarifários. Muitas famílias Parsis colocavam seus filhos para trabalhar

²² Fundado em abril de 1935, foi uma instituição privada até 1949, quando foi nacionalizado e passou a ser 100% estatal (RESERVE BANK OF INDIA, 2012a).

em empresas britânicas de comércio. Com o tempo eles conseguiam autorização para fazer comércio por fora das empresas em que trabalhavam, e muitos conseguiram bons lucros com comércio de algodão para Manchester e ópio para China. Em um universo de 45 das primeiras indústrias de algodão de Bombay, Gijbert Oonk (2007) constatou que em torno de 80% desses industriais tinham trabalhado para empresas estrangeiras de comércio (britânicas principalmente), e cerca de 90% tinham sido comerciantes de algodão e/ou ópio. Muitos desses Parsis abriram suas fábricas quando percebiam a mecanização crescente das fábricas inglesas no século XIX, como Tata, por exemplo, conhecido entendedor das indústrias de algodão de Manchester (OONK, 2007).

Já as indústrias de algodão de Ahmedabad tiveram outra formação. A cidade tinha uma predominância de comerciantes, os britânicos não participavam nem como intermediários, financiadores ou comerciantes, eram funcionários da burocracia imperialista. Inicialmente, um Hindu brâmane que exercia cargo em um escritório governamental, se aproximou de britânicos para tentar ajuda com seu plano de construir uma fábrica de algodão. Após efetuarem cálculos com auxílio de um britânico que possuía contatos com fábricas de máquinas na Inglaterra, perceberam que fábricas de algodão em Ahmedabad seriam rentáveis. Somente após seu sucesso inicial, e depois das fábricas indianas de Bombay terem se mostrado rentáveis, banqueiros locais passaram a investir em fábricas de algodão em Ahmedabad, em meados do século XIX. Ao contrário do que normalmente aconteceu em Bombay, esses donos de fábricas em Ahmedabad não tinham exercido cargos em empresas britânicas ou européias de comércio, ou trabalhado como intermediários. Eram em sua maioria pequenos banqueiros; 63% de um universo de 35 industriais analisados por Oonk, (2007) e outros 23% eram comerciantes sem ligações diretas com britânicos. Outra diferença em relação à indústria algodoeira indiana em Bombay foi com relação ao financiamento dessas fábricas. Em Bombay eles vieram principalmente de ações e bancos, e em Ahmedabad de capital acumulado com depósitos a taxas de juro fixas (ver tabela 2). Em Bombay existia um sistema bancário formal de tipo ocidental mais desenvolvido do que em Ahmedabad, onde a população em geral preferia se relacionar com os banqueiros e donos de fábricas locais, do que com o sistema bancário “moderno” (OONK, 2007).

Tabela 2 – Origem do Capital das fábricas de algodão em Bombay e Ahmedabad em 1930.

Sources of Capital of Cotton mills in Bombay en Ahmedabad in 1930.

Sources of capital	Bombay x 1000Rs	Percentage of total	Ahmedabad x 1000 Rs	Percentage of total
Borrowed by				
Managing Agents	53,2	21	26,4	24
Bankloan	22,6	9	4,2	4
Deposits	27,3	11	42,6	39
Shares	121,4	49	34,0	32
Debentures	23,8	10	0,8	1
Total	248,3	100%	108,0	100%
Number of factories	64		56	

Source: *The Indian Central Banking Enquiry Commission, Calcutta 1931* voll, p278.

Fonte: (OONK, 2007).

De acordo com Barrington Moore (1983), em fins do século XIX indústrias nativas, principalmente do algodão e da juta, começaram a ganhar importância, quando os melhoramentos nos transportes possibilitaram a importação de maquinaria e permitiram acesso a mercados mais amplos. Por volta de 1880 a Índia possuía uma classe comercial e industrial do tipo moderno. Entretanto, afirma Moore (1983), quando da independência da Índia em relação aos britânicos em 1947, existia apenas um pequeno impulso no sentido da industrialização, pois os recursos não eram dirigidos para construção de fábricas. Para ele, a agricultura era ineficaz, não recebendo estímulos das cidades para uma melhora na produtividade. Assim, a zona rural não gerava recursos para serem usados no desenvolvimento industrial (MOORE, 1983).

Entretanto, trabalhos posteriores ao de Barrington Moore (1983), como o de Tirthankar Roy (2009), demonstram a possível existência de poupanças (acumulação), sobretudo em ouro e prata, por parte de indianos agricultores e comerciantes. Também corroboram com esta possibilidade, Tirthankar Roy (2007) e Gijsbert Oonk (2007). Oonk (2007) preconiza que a maior parte das indústrias da região de Ahmedabad se formaram com inexpressiva participação de britânicos, bem como as da região de Calcutá, e isso para concorrer com as indústrias britânicas da região. Alice H. Amsden (2009) afirma que estrangeiros deram início a indústria de juta e a construção de ferrovias, mas os indianos assumiram a iniciativa da criação de indústrias de tecidos de algodão, da geração de energia, do transporte marítimo, da construção, do açúcar, do ferro e aço, da engenharia, dos implementos

agrários e posteriormente dos produtos químicos, dos automóveis, e dos aviões. Pode-se ressaltar também uma pequena passagem da obra de Perry Anderson (2004), publicada originalmente sete anos após o trabalho de Barrington Moore aqui referido: “houve muito pouca industrialização sobre o colonialismo britânico” (ANDERSON, 2004, p.517).

Não obstante os trabalhos posteriores ao seu, Barrington Moore, – como o próprio Perry Anderson – poderiam ter vislumbrado aquilo que estamos aqui insistindo, ou seja, a possibilidade de uma acumulação antes da chegada de fato dos europeus, em duas passagens de Karl Marx. Marx (1853) lembra que desde tempos imemoriais a Europa recebia os admiráveis tecidos de fabricação indiana, enviando em troca seus metais preciosos. E para Marx (1996b), no início da circulação de mercadorias, unicamente o excesso de valores de uso se converte em dinheiro. Ouro e prata se tornam, por si próprios, expressões sociais do excedente ou da riqueza. Tal forma ingênua de entesouramento eterniza-se naqueles povos onde o modo de produção tradicional e orientado para auto-subsistência corresponde a um círculo de necessidades fortemente delimitado [Modo de Produção Asiático]. Da forma que acontece com os asiáticos, “nomeadamente os indianos”. Vanderlint (apud Marx, 1996b), o qual acredita serem os preços das mercadorias determinados pela massa de ouro e prata existentes em um país, se pergunta por que as mercadorias indianas são tão baratas – e responde que os indianos enterram o dinheiro. De 1602 a 1734, os indianos enterraram 150 milhões de libras esterlinas em prata, vindas originariamente da América para a Europa. Em dez anos (1856-66) a Inglaterra exportou para a Índia e China (grande parte do metal exportado para a China vai para a Índia), 120 milhões de libras esterlinas em prata.

4.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIAL APÓS A INDEPENDÊNCIA

Com a independência em 1947, os debates em relação ao desenvolvimento socioeconômico puderam de fato tornar-se mais práticos. Visando modernizar a economia, o Estado indiano alçou barreiras tarifárias e não-tarifárias para defender o produtor interno, estimulou o desenvolvimento de ramos de atividade selecionados através de linhas especiais de crédito e concessão de subsídios, investiu maciçamente em obras de infra-estrutura, implantou novos setores industriais criando empresas públicas, e buscou coordenar essas iniciativas como partes de um grande projeto (CRUZ, 2007).

Essas características são, comumente, presentes nos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia. Mas segundo André Nassif (2006) e Sebastião Velasco e Cruz (2007), na Índia o Estado fez muito mais, e de maneira peculiar. Em uma carta de 1946 de Jawaharlal Nehru, um dos mais ilustres arquitetos do Estado moderno indiano (apud Cruz, 2007, p.143), pode-se perceber três características do projeto de desenvolvimento indiano: 1) priorizar a indústria pesada; 2) defender a pequena produção artesanal como forma de ampliar a oferta de empregos; 3) planejamento. Além dessas podemos também destacar mais duas: 4) controle estatal de setores estratégicos e; 5) restrição ao capital estrangeiro. Características essas que estavam enraizadas na experiência indiana sob o jugo do Império Britânico e em sua luta pela libertação do mesmo (CRUZ, 2007).

Saídos de um processo de independência que terminou com a partição do país de seus sonhos, tendo que lidar com problemas linguísticos com possibilidades separatistas e negociar em bases aceitáveis à integração dos principados no território do novo Estado, a principal tarefa que os dirigentes políticos da Índia enfrentavam em meados do século passado era a construção nacional. Modernizar a economia era um aspecto proeminente do projeto, mas estava subordinada à necessidade de consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

O planejamento econômico foi marcante na Índia. Não por acaso, ainda hoje, após reformas liberais nos anos 90, o país está no seu 11º plano quinquenal (2008-2012), que entre suas prioridades estão: ligeira aceleração do crescimento (de 9% no período 2007-2008 para 10% em 2012) e ênfase na inclusão social. Metas para melhorar a *performance* em 26 indicadores relacionados à pobreza, educação, saúde, condições de vida das crianças e das mulheres, infraestrutura e meio ambiente (PRATES e CINTRA, 2009).

No ano de 1938 foi criado no Partido do Congresso o Comitê Nacional de Planejamento, presidido por Jawaharlal Nehru. Em 1945 a tese do planejamento econômico recebe apoio dos grandes empresários indianos através do documento que ficou conhecido como Plano de Bombaim, onde apresentaram suas idéias, algumas inclusive avançadas para a época, sobre a dimensão econômica do futuro Estado Nacional. O planejamento econômico indiano tem como marco inicial a criação da Comissão de Planejamento em 1950, responsável por formular, executar e acompanhar os planos quinquenais. Após a aprovação do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento, em 1951, seguiram-se dez planos.

Para Cruz (2007), até a reforma executada pelo sucessor de Nehru por volta de 1964, a Comissão de Planejamento foi o núcleo duro do aparelho econômico. A experiência indiana de planejamento econômico é uma das mais longas e mais estudadas que se tem notícia. Durante a década de 50, economistas ilustres como Oscar Lange, Jan Tinbergen, Nicholas Kaldor e John Kenneth Galbraith, frequentaram o Instituto Indiano de Estatística, além de outros notáveis estrangeiros frequentarem outros centros de pesquisas indianos. Eles não iriam para ensinar, a interação com os indianos era de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a economia do desenvolvimento influenciou o início do planejamento econômico indiano, esta nova área de pesquisa sofreu inspiração do caso indiano. Outra peculiaridade do planejamento econômico indiano é o fato de ter se desenvolvido em um regime político democrático-liberal, com uma acirrada competição eleitoral (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

O padrão indiano de desenvolvimento desde o início priorizou a indústria pesada. Isso desde os discursos nacionalistas de Nehru, nos momentos decisivos para independência, como nos vários documentos programáticos do período, a exemplo do Plano de Bombaim. Esta estratégia constitui uma das metas principais do 2º e do 3º Plano Quinquenal, que foram um importante marco da política industrial indiana e se basearam no modelo teórico proposto pelo professor Mahalanobis do Instituto Indiano de Estatística, inspirado na experiência de desenvolvimento econômico planejado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os principais instrumentos políticos industriais utilizados para perseguir esta meta foram os sistemas de licenciamento industrial e de licenciamento de importações (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

A influência do socialismo soviético esteve de algum modo presente, sobretudo a partir da década de 30, época em que muitos intelectuais passaram a ver com bons olhos a Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos. O próprio Nehru teve contato com o socialismo enquanto estudante em Cambridge, e de forma mais importante em 1927, quando estabeleceu contato com alguns marxistas ortodoxos na Conferência de Bruxelas de Nacionalidades Oprimidas e durante uma viagem de quatro dias para Moscou (FRANKEL, 2010).

Os investimentos em novas plantas ou expansão da capacidade produtiva existente sofriam um forte controle, necessitando de licenças concedidas pelo Comitê de Licenciamento Interministerial, subordinadas às diretivas estabelecidas pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento. O Estado indiano, além de determinar os setores

eleitos, também determinava a localização, as tecnologias e dimensões das plantas industriais, seus conteúdos importados e as formas de relacionamento das empresas nacionais com os agentes externos. Apenas as pequenas e médias empresas estavam dispensadas do regime de licenciamento. Exceção essa que fazia parte das características peculiares do projeto de desenvolvimento indiano desde os primeiros momentos, continuando presente até os dias atuais, isto é, a preservação da pequena indústria artesanal.

Para um melhor entendimento dessa característica indiana, é interessante mencionar duas visões majoritárias entre os líderes do movimento de independência. De um lado Gandhi defendia valores comunitários tradicionais e tinha rejeição à indústria e tecnologia mecânica – “sua atitude em relação à máquina torna-se mais matizada ao longo do tempo” (CRUZ, 2007). Já os pioneiros do nacionalismo indiano e os jovens intelectuais do Partido do Congresso (até hoje partido hegemônico), sofrendo influência da experiência de planificação soviética, eram defensores de uma modernização econômica no país. No entanto, as duas visões se conciliaram e as grandes e pequenas empresas convivem mutuamente no país, com diretrizes a respeito de ambas, normalmente presentes nos Planos Quinquenais. Conforme Bagchi (1999, apud Cruz, 2007), a maioria das exportações não agrícolas da Índia são provenientes do setor de pequenas indústrias (CRUZ, 2007; PRATES e CINTRA, 2009).

A união entre Gandhi e Nehru parece supor um movimento de acomodação entre suas respectivas ideias. Parte desse movimento se deve à relativa redução da repulsa de Gandhi à tecnologia mecânica. Facilitada pela rejeição de ambos ao coletivismo soviético, e uma convergência por via da incorporação no programa do socialismo democrático indiano da defesa da indústria artesanal. Esse duplo movimento demonstra uma concepção distinta de socialismo, propriamente indiana, onde os objetivos modernos de desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados (CRUZ, 2007).

Após falarmos um pouco sobre o sistema de licenciamento industrial, cabe discorrer sobre outro instrumento de política industrial marcante para o padrão indiano de desenvolvimento, a saber, o sistema de licenciamento de importações. Este sistema visava monitorar de forma quantitativa as importações, principalmente dos setores escolhidos como prioritários nos Planos Quinquenais. Sendo também o principal mecanismo de proteção da indústria interna contra a concorrência externa (PRATES e CINTRA, 2009).

Outra característica distinta do projeto de desenvolvimento indiano foi o espaço restrito ao capital estrangeiro. A Índia tradicionalmente destinou espaço reduzido para capitais vindos do exterior, mesmo com uma maior liberdade a tais investimentos com as reformas liberalizantes da década de 1990. Desde fins do século XIX a ideologia econômica do nacionalismo indiano possuía uma forte crítica ao capital estrangeiro como um de seus elementos básicos. Os primeiros nacionalistas declaravam que o desenvolvimento econômico autêntico só era possível se o processo de industrialização fosse iniciado e desenvolvido pelo capital indiano. Durante a década de 1960, contudo, ocorre uma expansão controlada do capital estrangeiro no país. Mas entre o fim da mesma década e o início da seguinte, observa-se um novo rumo, com a adoção de uma série de medidas legais que deixariam a Índia com um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo fora do bloco comunista (CRUZ, 2007). Essas medidas só sofreriam abrandamentos a partir da década de 1980.

Mesmo com a introdução de alguns mecanismos de liberalização comercial a partir de 1976, como o relaxamento gradual do antigo regime de licenciamento de importações, o elevado nível protecionista perdurou até 1985, quando aparecem os primeiros sinais das reformas econômicas, consolidadas na década de 90. Assim é que um conjunto de reformas econômicas estruturais, enfatizando a liberalização comercial, a abertura aos investimentos estrangeiros diretos e a modernização do sistema financeiro e do mercado de capitais, foram implementadas desde 1991 (NASSIF, 2006).

Todavia, segundo Nassif (2006), as taxas mais elevadas de crescimento econômico durante a década de 1980 estão associadas em menor grau ao início do processo das reformas econômicas, sendo mais importantes as políticas fiscais de cunho keynesiano implementadas durante o período. Ainda para Nassif (2006), a manutenção de um bom desempenho econômico em termos de crescimento do PIB real, estabilidade do nível de preços e elevadas taxas de incremento das exportações, decorre da combinação de três fatores principais: continuidade de reformas estruturais necessárias para propiciar o aumento da produtividade da economia; uma política macroeconômica priorizando o crescimento econômico e a geração de empregos como meta principal a ser alcançada; e uma visão estratégica de longo prazo que vem transferindo “(lentamente)” atividades do setor público para o privado através de privatizações, mas mantendo o planejamento como regra e o Estado presente em setores economicamente pouco atrativos à livre iniciativa (notadamente em infraestrutura). Analisando os recentes

Planos Quinquenais indianos, percebe-se a importância dada pelo governo a esses três fatores.

Apenas na década de 90 ocorre um aumento cada vez mais significativo da entrada de capitais estrangeiros na economia indiana, conforme a tabela 3 e a tabela 4.

No ano de 2011 as principais nações investidoras na Índia foram: República de Maurício, Singapura, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Japão, Alemanha e Emirados Árabes Unidos (THE ECONOMIC TIMES, 2012).

Tabela 3 – Entrada de Investimentos Estrangeiros na Índia (1991-1999) (US\$ Milhões).

Descrição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	129	315	586	1.343	2.143	2.842	3.562	2.480	2.167
Investimento em portfólio no mercado acionário	4	242	3.647	3.464	2.472	3.122	1.791	-168	2.950
Total	133	557	4.233	4.807	4.615	5.964	5.353	2.312	5.117

Fonte: (NASSIF, 2006).

Tabela 4 – Entrada de Investimentos Estrangeiros na Índia (2000-2011) (US\$ Milhões).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Investimento estrangeiro direto (IED)	4029	6125	4974	4322	5986	8900	22739	34727	41707	33108	27829	32955
Investimento em portfólio no mercado acionário	2590	1952	944	11377	9291	12492	6947	27434	-14032	32396	30292	17171
Total	6619	8077	5918	15699	15277	21392	29686	62161	27675	65504	58121	50126

Obs. Dados para 2009, 2010 e 2011 são provisórios.

Fonte: (RESERVE BANK OF INDIA, 2012b) e elaboração do autor.

Mesmo sendo comum a criação de indústrias de média tecnologia entre os países do “resto”, para retomar a noção de Alice Amsden (2009), alguns, como a Índia, avançaram mais do que outros na conversão em economias baseadas no conhecimento. O que foi possível através do investimento pesado em habilidades nacionais próprias, ajudando assim a sustentar a propriedade nacional de empresas nas indústrias de média tecnologia e adentrar em setores de alta tecnologia a partir de “líderes nacionais” (AMSDEN, 2009).

A Índia vem sendo vista como paradigma de sucesso em segmentos intensivos em conhecimento, os quais, excetuando alguns casos, o domínio de *know-how*, ou conforme Lall (2005), *know-why* [de modo geral, *entender como*, e não apenas saber fazer], a criatividade e estratégias de mercado possam ser talvez mais importantes que a existência de economias de escala, tanto ao nível de plantas produtivas como do tamanho das firmas (NASSIF, 2006).

Mesmo que o desempenho exportador da indústria de *software* tenha ganhado importância nos anos 90, a gênese desse segmento está na década de 70, ou seja, antes da abertura econômica, com o surgimento e evolução de uma política industrial que permitiu estimular a eficiência através da liberalização das importações de equipamentos, deflagrando, assim, o posterior *boom* exportador. As medidas de política industrial voltadas para o impulso das indústrias de Tecnologia da Informação (TI) (sobretudo *software*) tiveram dois aspectos mais importantes na contribuição da atual dinâmica exportadora do setor: a liberalização de importações de equipamentos usados pelo setor de TI e a orientação exportadora já em fins da década de 70, durante o ciclo de difusão dos produtos de *software*, antecipando-se, assim, à fase de amadurecimento desses serviços (NASSIF, 2006).

Nassif (2006) acredita existir certo consenso entre alguns autores sobre a importância de dois fatores para o dinamismo exportador das indústrias de TI na Índia: como mencionado anteriormente, uma política mais liberal quanto à importação de *hardwares*, em relação ao histórico de protecionismo do setor industrial indiano em geral; e a criação em 1988 dos Parques Tecnológicos de Software da Índia, possuindo forte orientação externa.²³ As exportações (ligadas a TI) passam a se expandir a partir de 1993, facilitadas pela modernização no sistema de telecomunicações indiano, como por exemplo, com a interligação via

²³ Algumas medidas de política industrial voltadas ao setor de *software* direcionavam o caráter exportador, exemplos: liberalização de importações de *hardware* em 1972, com o objetivo de desenvolver *softwares*, condicionada ao compromisso de recuperar o valor importado por meio de exportações, no prazo de 15 anos. Liberalização de importações de *hardware* em 1976, para indianos não-residentes, condicionada ao compromisso de exportar *software* no valor correspondente a 100% do total importado. Redução dos tributos sobre lucros líquidos provenientes da exportação de *software* (de 100% para 50%) em 1984. Liberalização total das importações de *hardware* em 1986, com a condição de que a totalidade da produção fosse orientada para as exportações. Isenção de pagamento do imposto de renda para os exportadores de *software* em 1992 (NASSIF, 2006. p. 62).

satélite do monopólio estatal VSNL ao sistema Intelsat, com os parques tecnológicos sendo difundidos para 13 cidades do país, cada um deles com suas próprias estações por satélite, propiciando canais de comunicação internacional entre produtores de *software*, fornecedores e clientes.

O epicentro das indústrias de TI na Índia é a região de Bangalore, mas cidades como Hyderabad, Chennai, Pune, Noida e Gurgaon [as duas últimas no entorno da grande Délhi], concentram muitas empresas de TI – além de indústrias promissoras das áreas farmacêutica (destaque para genéricos) e de biotecnologia. A Índia possui cerca de 29 parques industriais de tecnologia, com infra-estrutura completa e isenção de impostos para empresas que queiram ali se instalar. Nos parques de Bangalore, Hyderabad, Gurgaon e Noida, existem mais de 6,5 mil empresas,²⁴ que respondem por 80% da produção indiana de *softwares* (MELLO, 2008).

Durante a década de 1980, sete amigos largaram seus empregos em Pune (Oeste da Índia) e fundaram a Infosys em Bangalore, que viria a ser a primeira empresa indiana a ter ações negociadas na Nasdaq, a bolsa de valores de tecnologia dos Estados Unidos. O trabalho da Infosys consiste em desenvolver *softwares* que auxiliam empresas como Phillips, JC Penney, Novartis e Goldman Sachs a terem mais eficiência e maiores lucros. A denominada terceirização de desenvolvimento de *software* e serviços de tecnologia da informação (a empresa não possui *call centers*). Por exemplo, uma empresa norte-americana encomenda um *software* à Infosys que ajude a administrar o setor de recursos humanos. Ou pede para que os indianos examinem o setor de contas a pagar, determinem como o mesmo poderia se tornar mais eficiente e implementem o projeto. A Infosys está entre as chamadas Três Grandes Indianas, ou seja, Infosys, Wipro e Tata Consultancy Services, mais de 90% de seus faturamentos vêm de exportações (MELLO, 2008).

²⁴ Em nossa rápida passagem por Gurgaon, pudemos perceber que além das empresas em parques tecnológicos, não são incomuns as empresas de TI constituídas em prédios fora dessas áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o exposto anteriormente, cabe aqui dialogar com algumas categorias teóricas, já anteriormente citadas ou não, como também apresentar outras considerações.

Acreditamos que com a categoria marxista do Modo de Produção Asiático, podemos encontrar muitos dos fundamentos da formação sócio-espacial indiana. Como apresentado no primeiro capítulo, existem variadas críticas – tentando mesmo invalidar – a referida categoria. Para o nosso caso, ou seja, o caso indiano, acreditamos que algumas hipóteses tornam válida essa categoria. Destacaríamos o caráter hidráulico (obras de irrigação), governo centralizador (“despotismo oriental”) executando algumas obras de interesse público e a junção entre agricultura e manufatura (permitindo uma auto-subsistência) em propriedades comunais. A importância de obras hidráulicas de irrigação parece pertinente ao fato de o regime de precipitação da chuva na Índia ser muito restrito aos meses de junho, julho e agosto (e um pouco em maio e setembro) – o clima de monções. Quanto ao governo centralizador, poderia vir desta característica histórica a tradição indiana de ativismo estatal, presente mesmo nos tempos atuais (assunto que retornaremos a frente). Já a junção entre agricultura e manufatura, parece encontrar lugar sem grandes problemas na literatura marxista ou não, e principalmente no que se refere ao destaque dado por Amsden (2009) às origens artesanais da experiência manufatureira pré-moderna indiana.

Essa sociedade, como já mencionado, sofreu invasões de outros povos e/ou reinos, mas os britânicos afetaram negativamente seus fundamentos como nenhum outro invasor. A base de agricultura e manufatura foi rompida, através de medidas comerciais, fiscais e de comércio internacional e interno. Para Nehru (1994), primeiro os britânicos levaram ao colapso muitos tecelões e artesãos de Bengala e Bihar, depois com sua expansão pela Índia e a construção das ferrovias, espalharam o colapso por toda a Índia.

De modo geral, durante a dominação imperialista britânica os camponeses foram expropriados e violentados, mas possivelmente ocorreram exceções, aqueles que conseguiram alguma acumulação e passaram a praticar a agiotagem entre seus próprios pares (CHESNEAUX, 1976; PANIKKAR, 1977), poderiam em momento subsequente ascenderem como pequenos industriais, pois muitos dos pioneiros da indústria moderna eram financiadores/pequenos banqueiros. Como mencionado durante o presente trabalho, muitos

também conseguiram alguma acumulação em metais no comércio com os britânicos.

A transição capitalista na Índia sofreu muitas mudanças no século XIX. Em um primeiro momento ela estava nas mãos dos velhos príncipes. Em seguida, ocorre o aparecimento da burguesia moderna, intelectuais que estudaram na Inglaterra ou advindos das novas instituições de ensino superior, assim como uma classe média, composta principalmente pelos professores das novas universidades e os primeiros indianos funcionários do governo imperial (CHESNEAUX, 1976). Assim, mudanças na correlação de força passaram a aproximar essa burguesia moderna, os intelectuais, e a pequena classe média. Os camponeses, certamente poucas forças tiveram, graças à rapinagem imperialista (revoltas ocorriam no campo, mas não movimentos camponeses mais amplos). Parece-nos, assim, que a burguesia e os intelectuais é que levaram à frente a transição ao capitalismo que o imperialismo bloqueava. Claro que o sistema imperialista não sofreu uma ruptura completa. Muito do aparato jurídico-burocrático ainda permaneceu, a nacionalização da malha ferroviária levaria cerca de duas décadas, por exemplo, o sistema bancário levaria mais tempo ainda para ser nacionalizado. Nesse sentido, parece estarmos diante do que Antonio Gramsci denominou uma “Revolução Passiva”. Trata-se, segundo o autor, de um processo em que se observa

“[...] as necessidades da “tese” de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar “superar”. Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese” (GRAMSCI, 1989, p. 77).

É a combinação entre o “velho” e o “novo” de que nos fala Milton Santos (1979).

Após a independência em 1947, o Estado indiano esteve presente no desenvolvimento econômico e industrial, principalmente a partir dos planos quinquenais e todo um aparato burocrático a ele atrelado, para ajudar na execução prática do que os planos propõem. O ativismo estatal, em alguns momentos mais e outros menos, perdura até os dias atuais, mesmo após os movimentos de liberalização da década de 80 e

principalmente 90. Para Nassif (2006), esse Estado foi importante na projeção internacional da indústria indiana de *software*, por exemplo.

Peculiaridade também do desenvolvimento indiano foram as medidas liberalizantes da década de 1990, que ao contrário da maior parte dos países em desenvolvimento, foram adotadas de forma gradual e sem abandonar o projeto de desenvolvimento, além de contar ainda com a participação do Estado como gestor do desenvolvimento.

Aliás, a ortodoxia econômica amigável ao receituário econômico do chamado Consenso de Washington, que, entre outras, contém políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatização e desregulamentação, não simpatiza com a participação do Estado indiano no desenvolvimento econômico e industrial. A resposta ao Consenso de Washington pode ser encontrada em Chang (2004) e Amsden (2009), ou mais precisamente em Amsden (1994), onde a autora resenha uma publicação do Banco Mundial de 1993, denominada *The East Asian Miracle Report* [Relatório do Milagre do Leste Asiático], criticando um “fundamentalismo de mercado” na interpretação do sucesso do leste asiático. No entanto, Estado participativo não significa uma mera “estatolatria”, para lembrar uma noção de Gramsci (1989).

Por último, e não menos importante, deixaremos algumas palavras sobre os problemas sociais indianos, que não foram o foco das preocupações em nosso trabalho, mas certamente servem como norteadores para futuras pesquisas. Mesmo com toda capacidade competitiva e crescimento das empresas de TI, a Índia possui cerca de 28% da população abaixo da linha de pobreza, 26% de não-alfabetizados em um país que forma mais de 200 mil engenheiros por ano, e 68% da população vivendo em área rural. (Census of India e Mello, 2008). As desigualdades sociais são claramente perceptíveis em uma rápida passagem pelo país, e provavelmente um longo caminho ainda deverá ser percorrido para que o país possa oportunizar a todos a participação na Índia do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, Alice H. A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental. In: **Revista de Economia Política**, vol. 12, n. 1, (45), jan./mar., 1992.

_____. Why Isn't the Whole World Experimenting with the East Asian Model to Develop?: Review of *The East Asian Miracle*. In: **World Development**, vol. 22, n. 4, 1994.

_____. **A Ascensão Do Resto**. UNESP, 2009.

ANDERSON, Perry. O “modo de produção asiático”. In: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BAGCHI, Amiya Kumar. Indian economic organizations in a comparative perspective. In: BAGCHI, Amiya Kumar. **Economy and Organization: Indian Institutions Under the Neoliberal Regime**. New Delhi: Sage, 1999.

BBC Brasil. **BRICs se recuperam antes de países ricos, diz 'Economist'**. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090619_presseconomist_ba.shtml >. Acesso em: 30 setembro 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. De Volta às Fontes Originais: O Conceito de Modo de Produção Asiático em Marx e Engels. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana (Coord.). **Modo de Produção Asiático: nova visita a um velho conceito**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CENSUS OF INDIA. Disponível em: < <http://www.censusindia.gov.in/> >. Acesso em: janeiro 2013.

CHANG, Ha-Joong. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNEAUX, Jean. **A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano. In: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajatórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

ÉPOCA. **Entrevista – Jim O’Neill**. Disponível em:
< <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT73916-15223-73916-3934,00.html> >. Acesso em: 29 setembro 2009.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SILVA, Marcos Aurélio da. **Formação Sócio-Espacial**: Um Referencial aos Estudos Sobre Industrialização. [1997]. Disponível em: <<http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca-outros.html>>. Acesso em: 2 março 2011.

FERNANDES, Luís Manuel. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANKEL, Francine R. **India’s Political Economy 1947-2004**: The Gradual Revolution. 2. ed. 3. impr. New Delhi: Oxford University Press, 2010.

GOLDMAN SACHS. **Book: BRICs and Beyond**. Disponível em:
< <http://www2.goldmansachs.com/korea/ideas/brics/brics-beyond-doc.print.html> >. Acesso em: 29 setembro 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KEEGAN, John. **História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

KÖNEMANN (ed.), Ludwig. **Historical Atlas of the World**. Bath, U.K.:Parragon Books, 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LALL, Sanjaya. A mudança tecnológica e a industrialização nas economias de industrialização recente da Ásia: conquistas e desafios. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (orgs.). **Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

LEWINSOHN, Richard. **Trustes e Cartéis: suas origens e influências na economia mundial**. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1945.

LUCCI, Elian A., *et al.* **Geografia Geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a “formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). **O Mundo do cidadão – um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. In: **Geosul**, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999.

_____. Resenha de: JABBOUR, Elias. China: infra-estruturas e crescimento econômico. Editora Anita Garibaldi: São Paulo, 2006. In: **Geografia Econômica**, Florianópolis, edição revisada n.1, Julho 2008.

MANDEL, Ernest. O “Modo de Produção Asiático” e as Precondições Históricas do Impulso do Capital. In: MANDEL, Ernest. **A Formação**

do Pensamento Econômico de Karl Marx: De 1843 até a redação de *O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **O significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl. **A dominação britânica na Índia**. 1853. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em: 25 fevereiro 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. **Sobre o colonialismo**. V.1. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1978.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. A assim chamada Acumulação Primitiva. In: Karl Marx. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Os economistas).

_____. O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias. In: Karl Marx. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Os economistas).

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MELLO, Patrícia Toledo de Campos. **Índia: da miséria à potência**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

MIROW, Kurt Rudolf. **A ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NASSIF, André. A economia indiana no período 1950-2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil? **Textos para discussão do BNDES**. Textos para discussão 107. Rio de Janeiro, 2006.

NEHRU, Jawaharlal. The Destruction of India's Industry and the Decay of her Agriculture. In: NEHRU, Jawaharlal. **The Discovery of India**. 6 impr. New Delhi: Oxford University Press, 1994.

O'NEILL, Tom. Os intocáveis. **National Geographic Brasil**. São Paulo: Editora Abril, ano 4, n.38, p.38-67, jun. 2003.

OONK, Gijbert. Industrialisation in India, 1850-1947: Three Variations in the Emergence of Indigenous Industrialists. In: Nasreen Taher and Swapna Gopalan (eds), **Business Communities Of India**. The ICAI University Press Hyderabad, 2007.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POCHMANN, Márcio. Divisão internacional do trabalho. **Valor Econômico**. 25 nov. 2010. Opinião, p. A17.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A Reorganização dos Espaços Mundiais após a Segunda Grande Guerra (1945 – 1979). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, p. 87-119, set. 1981.

PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Índia: a estratégia de desenvolvimento – da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: CARDOSO Jr., José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009.

RANGEL, Ignácio. As crises gerais. In: BENJAMIN, César (org.). **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 757-762.

RESERVE BANK OF INDIA. Disponível em: <
<http://www.rbi.org.in/scripts/AboutusDisplay.aspx> >. Acesso em: 20 jul. 2012a.

_____. Handbook of Statistics on Indian Economy, sep. 14, 2012. Disponível em: <
http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Publications/PDFs/155_EHS110912F.pdf >. Acesso em: 21 out. 2012b.

_____. Annual Report, Aug. 23, 2012. Disponível em: <
http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/AnnualReport/PDFs/2T_AN23082012.pdf
>. Acesso em: 2 dez. 2012c.

ROSSELLINI, Roberto. **Roberto Rossellini**: fragmentos de uma autobiografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

ROY, Tirthankar. A delayed revolution: environment and agrarian change in India. **Oxford Review of Economic Policy**, Volume 23, Number 2, p. 239–250, 2007.

_____. A Grande Depressão e a economia da Índia no entreguerras. In: LIMONCIC, Flavio; MARTINHO, Francisco Carlos Paloma (Orgs.). **A Grande Depressão**. Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Marcos Aurélio da. Mudanças Geoeconômicas no Capitalismo da Segunda Metade do Século XX. **Geosul** (UFSC), Florianópolis, v. 16, p. 7-40, 2001.

_____. Japão: revolução passiva e rivalidade imperialista. **Geografia Econômica**: anais de geografia econômica e social, v. 1, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.

_____. **Os embriões da pequena produção mercantil — e do capitalismo de via clássica: notas a partir de Marx**. Florianópolis, 14 p. Trabalho não publicado.

SOFRI, Gianni. **O Modo de Produção Asiático**: história de uma controvérsia marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE ECONOMIC TIMES. **FDI increases by 31% to \$27.5 bn in 2011**. Disponível em: <
http://articles.economicstimes.indiatimes.com/2012-03-11/news/31145302_1_fdi-inflows-single-brand-retail-sector-cent-foreign-investment
>. Acesso em: 12 abril 2012.

TREVISAN, Cláudia. Índia esbarra em contrastes para alcançar China.
Folha de S. Paulo. São Paulo, 24 set. 2006. Caderno dinheiro, p. B8.

APÊNDICE A – Alguns dias na Índia

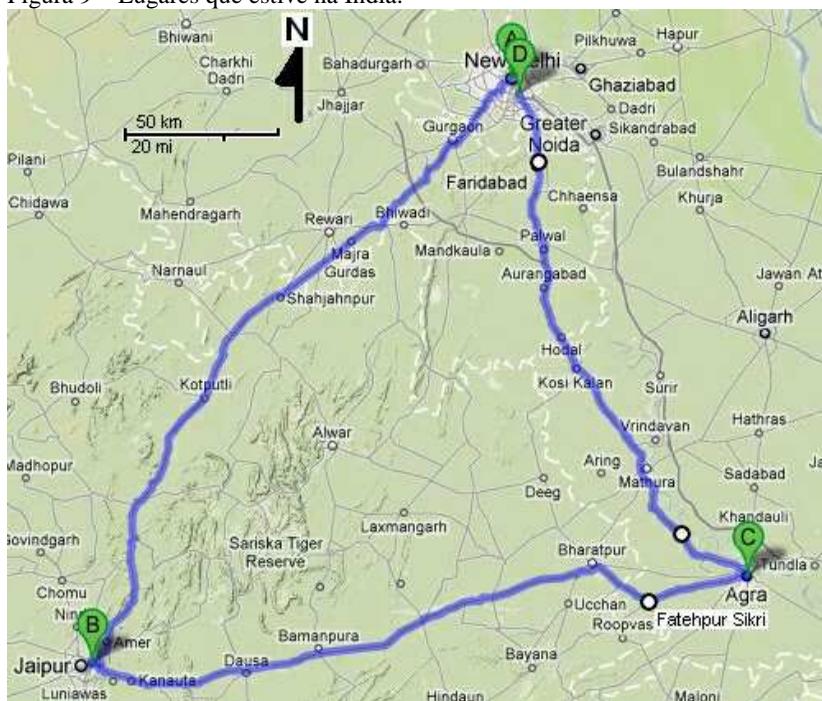
Na sexta-feira 24 de fevereiro 2012 embarquei no aeroporto de Florianópolis rumo à Índia. O primeiro momento que tive certeza de que realmente estava viajando para Índia foi ao entrar no avião que partiria para Délhi, no aeroporto de Istambul, quando escutava como som de fundo uma inconfundível música indiana. Aeronave cheia, passageiros de todos os credos e culturas, indianos, siques, budistas, e muitos estrangeiros, europeus de diversos países e latino-americanos. Nesse momento, enquanto aguardava a liberação do aeroporto, que devido à forte chuva estava fechado, me veio em mente uma palavra, que a partir daquele instante me acompanharia até o retorno ao Brasil. Mas deixarei para o final do presente texto a revelação dessa palavra que várias vezes se fez presente em meu pensamento.

Durante as primeiras horas da madrugada de 26 de fevereiro, quando o avião adentrava pelo oeste/noroeste do território indiano, ao olhar pela janela pude perceber os pontos luminosos, que pareciam ser cidades pequenas, muito pequenas, e pareciam ficar a uma distância muito similar umas das outras (somente algum tempo depois surgiram rodovias e cidades maiores).

Chegando ao terminal 3 do aeroporto Indira Gandhi em Délhi, inaugurado em 2010, após alguns minutos de caminhada chego a um local com escadas rolantes, um grande vão se abre com a altura de uns 3 ou 4 andares e uma grandiosa escultura na maior parede do ambiente. Nesse momento percebia-se um ar de perplexidade na aparência de muitos dos estrangeiros, que em sua maioria aliviava o passo e olhava aquela imensidão antes de descer em direção à imigração. A Índia do século XXI se apresentava.

Durante os seis dias que estive na Índia passei por Délhi, Jaipur e Agra (figura 9). Tendo clara a idéia que foram poucos dias para conhecer um país da dimensão cultural e histórica da Índia, contarei algumas impressões que tive e também prováveis preconceitos, construídos muitas vezes de forma inconsciente devido a esse pouco tempo e principalmente ao desconhecimento mais amplo da cultura indiana. Falando mais geograficamente, são formações sócio-espaciais diferentes.

Figura 9 – Lugares que estive na Índia.



Fonte: Google Mapas (<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>) e montagem feita pelo autor.

Em Délhi eu cheguei durante a madrugada e andei mais pela cidade no domingo. Logo, só fui ter contato com o trânsito mais pesado na segunda-feira pela manhã e na quinta-feira final da tarde ao retornar de Agra.

Penso que Délhi seria o local mais similar ao Brasil que estive, em termos urbanos, ou, onde a cultura ocidental era mais presente (no caso esse ocidental seria também japonês, obviamente um Japão pós 1946).

Conversando com algumas pessoas, era comum a opinião dos mesmos de que o custo de vida em Délhi e Mumbai é mais alto que em praticamente todas as outras cidades da Índia. A primeira por ser o centro político da Índia, ter muitos funcionários públicos e outras pessoas ligadas à política, e a segunda por ser o centro econômico da Índia, possuindo sede de muitas empresas indianas, mesmo as que possuem sua estrutura física principal em outras localidades. Um guia

turístico²⁵ afirmou que Mumbai ainda era diferente de Délhi, pelo que interpretei mais ocidentalizada e mais cara.

Durante a manhã de domingo, ao andar pela cidade, percebia uma grande quantidade de barracas nas calçadas ou ruas, na região da Délhi antiga e suas proximidades, onde podia ser visto muito vestuário e calçados, além de outros pequenos utensílios domésticos e alguns vegetais. Descobri que aos domingos muitas pessoas costumavam vender vestuário em geral e usados nessas barracas ou no chão mesmo.

Dentre muitas coisas que chamam atenção de um estrangeiro, me atentei às inúmeras obras de infraestrutura, rodoviárias e ligadas ao metrô de Délhi, novas obras ou reformas/expansão das existentes. As novas rodovias no entorno da megalópole de Délhi aparentavam ter no mínimo três faixas de rolagem para cada sentido, em um momento avistei um imenso viaduto sendo construído que parecia ter entre seis e oito faixas em cada sentido.

Ainda em Délhi consegui um cartão GSM de uma empresa indiana de telefonia, emprestado com o motorista. A cobertura do sistema de telefonia móvel era impressionante, mesmo na rodovia em direção a Jaipur, um trecho plano e sem nenhum aglomerado urbano, se avistava antenas do sistema de telefonia a todo o momento. Mas o que realmente era incrível era o preço das ligações telefônicas, uma ligação para o Brasil de cerca de três minutos custava em torno de 40 rupias indianas, ou menos de um dólar.

A construção civil era mais perceptível na periferia e principalmente na cidade de Gurgaon, que eu pensei que era um bairro ou similar. Nessa localidade era possível avistar muitos *Shoppings Center* e condomínios residências muito parecidos com os ocupados pelas classes médias e mais altos níveis sociais no Brasil.

O trânsito na Índia é muito diferente do brasileiro. Mesmo percorrendo centenas de quilômetros, não avistei nenhum acidente de trânsito. Ao conversar com o motorista sobre meu espanto a respeito do trânsito, que parecia um caos funcional, ele comentou sobre a baixa

²⁵ Algo que encontrei muito foram pessoas trabalhando como guias, por vários valores e em muitos idiomas, nos principais monumentos históricos. Perguntei ao último guia que tive contato, porque não se via guia em português, já que outras línguas bem menos faladas no mundo eram possíveis. Ele deu uma risada e respondeu, “português vem pouco aqui, e normalmente não gasta muito dinheiro”. Alonguei o assunto e perguntei se em Goa (estado que foi colônia portuguesa) não se falava português. O mesmo respondeu que pouquíssimas pessoas falavam, e normalmente eram mais velhos.

velocidade (entre 40km/h e 60km/h em áreas urbanas e no máximo 80km/h em vias rápidas) e respeito aos limites das mesmas, além do respeito entre os motoristas e pedestres. Mesmo que as faixas de trânsito não fossem muito levadas a sério, não ocorria qualquer atrito, em meio às buzinas e alguns gestos de braço, todos seguiam em frente. Retenção era incomum fora dos cruzamentos e semáforos. Mesmo em Délhi, no horário de trânsito mais intenso, era possível circular – devagar, mais normalmente não parava. Muitos semáforos funcionavam somente quando o fluxo de automóveis aumentava e guardas de trânsito eram comuns em cruzamentos viários mesmo com semáforos.

No retorno de Agra passei por Faridabad, outra cidade da megalópole de Délhi. Foi onde presenciei o trânsito mais lento, via de duas faixas em cada sentido, mas a região tinha muitos cruzamentos urbanos sem viadutos e até sem semáforos, e com um número imenso de caminhões e outros veículos pesados entrando em Délhi, a locomoção era muito lenta. Um atendente em um restaurante a uns 100 km antes tinha comentado que eu iria perder um bom tempo em congestionamento nos arredores de Délhi.

A segunda cidade que estive foi Jaipur, capital do estado do Rajastão, onde se encontra o deserto de mesmo nome. Nessa localidade o aeroporto local marcou em um início de tarde 5% de umidade do ar com 28 graus Celsius de temperatura. Nunca bebi tanta água em um único dia.

Foi em Jaipur que comecei a perceber outra Índia, onde a cultura ocidental não tinha chegado de forma tão violenta. Na região central, tanto da antiga como da nova cidade, o trânsito era intenso mesmo nas ruas com faixa dupla, muitos veículos de todos os tipos e muitos pedestres. O número de *rickshaw*'s²⁶ era maior que em Délhi, também era possível avistar os *rickshaw*'s puxados pela força humana, algo que em Délhi só avistei alguns na *Old Delhi* (Délhi antiga), como também os puxados por camelos. Os veículos europeus e americanos também eram menos comuns, sobretudo os veículos europeus de elevado valor, que por Délhi não são difíceis de ver pelas ruas.

Em Jaipur pude perceber bem o respeito às vacas que caminham pelas ruas, como também avistar pessoas se locomovendo com auxílio

²⁶ Tradicional veículo de três rodas, normalmente para três pessoas, mas não é difícil encontrá-los carregando mais do que três pessoas. Existem muitas variações do mesmo, entre elas estão: *auto rickshaw* (a motor), movido a pedais (similar a uma bicicleta), puxado pela força humana ao caminhar, e movido por animais (camelos por exemplo).

de camelos e nos bairros mais periféricos alguns macacos pequenos conviviam em meio às pessoas, aparentemente em harmonia.

Ao longo de uma das maiores ruas estava ocorrendo obras do primeiro metrô da cidade – e aparentava estar sendo construído na maior extensão longitudinal da cidade. Nas ruas mais centrais era possível encontrar muitas lojas pequenas uma do lado da outra, vendendo desde roupas, tecidos em geral, até produtos alimentares naturais ou não, como também pequenos produtos eletro-eletrônicos.

A cidade que passei menos tempo foi Agra. Agra aparentava ser entre as cidades que passei, a com mais problemas urbanos e sociais. Mesmo que tenham me falado ser a cidade da Índia que mais recebe turistas por causa do Taj Mahal que ali está localizado, sua infraestrutura viária era a menos favorável à mobilidade entre as localidades que estive. Muitas ruas eram de mão dupla e até a estrada que vinha de Jaipur, a alguns quilômetros antes de Agra, passava a ser mão dupla.

Cerca de 40 km antes de Agra visitei a cidade de Fatehpur Sikri, construída no século XVI e abandonada alguns anos depois por incapacidade de suprir sua população com água. A água na região de Agra é questão complicada, pois toda a água da região é salgada ou salobra. Aqueles habitantes que possuem melhores condições econômicas compram água engarrafada para beber, mas usam a salgada para os demais afazeres. Já os mais pobres chegam a ingerir a água mesmo sendo salgada.

Ao saber desse problema com água potável na região de Agra, imediatamente pensei nas leituras marxistas sobre o Modo de Produção Asiático²⁷ e a abordagem de Perry Anderson²⁸ sobre a importância ou não das obras hidráulicas na Índia pré e pós-imperialismo britânico.

Quando entramos em Agra passamos por uma manada de búfalos sendo levada para dentro da cidade. Comentei com o motorista sobre aquela cena e ele explicou que os criadores mais perto da área urbana costumavam levar seus búfalos direto para a cidade onde seria feita a coleta de leite para consumo.

²⁷ Categoria exposta por Karl Marx principalmente no *Formen die der Kapitalistischen vorhergehen* (no Brasil: “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”), da obra *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (mais conhecida no Brasil somente por “Grundrisse”). Mesmo que Marx tenha escrito os “Grundrisse” entre 1857-58, ele só foi publicado em Moscou por volta de 1940, na Alemanha em 1953 e em inglês em 1964.

²⁸ ANDERSON, Perry. O “modo de produção asiático”. In: ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

No caminho de Agra para Délhi me chamou a atenção a quantidade de universidades que existiam ao longo da rodovia, principalmente particulares e em sua maioria em obras. Como algumas dessas instituições estavam claramente longe de qualquer área urbana, indaguei o motorista sobre o transporte até elas, e o mesmo falou que muitas tinham alojamento para todos os estudantes ou transporte próprio através de ônibus.

Nessa mesma rodovia para Délhi, conforme fomos nos aproximando de Faridabad, era possível avistar muitas indústrias, tanto em funcionamento como em construção, e também outras abandonadas. Não consegui perceber a predominância de um único ramo industrial. Aparentemente eram indústrias ligadas a diversos ramos, desde metal-mecânico, alimentícia, siderúrgica e farmacêutica.

Durante os cerca de seis dias que estive na Índia, não lembro ter avistado uma nuvem no céu, somente a famosa bruma, que em Délhi e Jaipur parecia ser mais densa, e no mais estava presente diuturnamente por todos os locais. As plantas, com exceção das que recebiam irrigação, eram de um tom verde amarelado, tanto as arbóreas como as gramíneas. Duas pessoas não me souberam dizer quando tinha chovido pela última vez em Agra. Imaginemos porque o período das chuvas (monções) é tão aguardado e importante para os indianos, pois praticamente toda chuva está restrita aos meses de junho, julho e agosto, e normalmente um pouco menos em maio e setembro.

De maneira geral, a mão de obra empregada nas obras de infraestrutura e transportes, bem como em reformas ligadas ao patrimônio histórico e/ou arquitetônico, normalmente apresentava traços de alguma exploração, pelos equipamentos de segurança muitas vezes ausentes, e pelas vestimentas bem desgastadas dos operários. Essa provável exploração, levando em consideração algumas opiniões de políticos e intelectuais ligados ao CPI(M),²⁹ partido político de esquerda com maior expressão no país, pode não somente ser explicada por um amplo exército de reserva de mão de obra, mas provavelmente também por

²⁹ (Partido Comunista da Índia (Marxista). Ver: KARAT, Prakash. Marxism in the 21st Century: Alternative to Neoliberal Capitalism and Imperialism. *The Marxist*, XXVII 4, October-December, 2011. (Trabalho apresentado na conferência “Marxism for the 21st Century” at the Marx Memorial Library, London, November 24-25, 2011, organised by the Marx Memorial Library and Rosa Luxemburg Foundation, Berlin).

exploração de castas inferiores.³⁰ Mesmo sendo a discriminação por castas proibida constitucionalmente no país, ela ocorre ainda hoje.

Voltando ao segundo parágrafo do presente texto, vou então revelar aquela palavra que tanto me vinha em mente a partir daquele vôo Istambul/Délhi. A palavra foi *contraste*. A Índia que conheci apresentava muitos contrastes – econômicos, sociais, culturais, religiosos...

Por mais que obviamente estejamos diante do modo de produção capitalista, a Índia me fez pensar em uma passagem de Milton Santos: (...) “expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente.”³¹ Délhi, por exemplo, parece ser um momento mais avançado do capitalismo em relação a Agra e até Jaipur. Segundo um vendedor com o qual troquei algumas palavras, nas chamadas *villages*,³² se poderia encontrar um modo de viver similar ao do século XIX.

Essa experiência das *villages* e Mumbai, quem sabe, ficará para uma próxima vez. E mesmo que para alguns eu tenha visto a Índia para turistas, esses poucos dias na Índia serviram para o objetivo inicial e principal da viagem, ou seja, uma aproximação com a cultura indiana.

³⁰ Sobre as dificuldades enfrentadas pelas castas inferiores em pleno século XXI, ver: O'NEILL, Tom. Os intocáveis. **National Geographic Brasil**. São Paulo: Editora Abril, ano 4, n.38, p.38-67, jun. 2003.

³¹ SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

³² Pequenos povoados do interior.

APÊNDICE B – Alguns dias na Índia – imagens

Figura 10 – Old (antiga) Délhi.



Fonte: Foto do autor.

Figura11 – Uma das obras rodoviárias (próximo a Gurgaon).



Fonte: Foto do autor.

Figura 12 – Uma das principais avenidas centrais de Jaipur (a direita famoso monumento histórico Hawa Mahal ou Palácio dos Ventos).



Fonte: Foto do autor.

Figura 13 – Mesma avenida em Jaipur.



Fonte: Foto do autor.

Figura 14 – Tinturaria com pigmentos naturais.



Fonte: Foto do autor.

Figura 15 – Trabalho com algodão.



Fonte: Foto do autor.

Figura 16 – Periferia de Jaipur.



Fonte: Foto do autor.

Figura 17 – Uma das entradas de Agra.



Fonte: Foto do autor.

